

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
UNIDADE ACADÊMICA DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E
EDUCAÇÃO - UNAHCE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
AMBIENTAIS - PPGCA
MESTRADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

ALICE MACCARI

**VERTICALIZAÇÃO URBANA: UM ESTUDO SOBRE A
PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA CIDADE DE CRICIÚMA, SC**

**CRICIÚMA
2016**

ALICE MACCARI

**VERTICALIZAÇÃO URBANA: UM ESTUDO SOBRE A
PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA CIDADE DE CRICIÚMA, SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Teresinha Maria Gonçalves

**CRICIÚMA
2016**

FICHA CATALOGRÁFICA

ALICE MACCARI

**VERTICALIZAÇÃO URBANA: UM ESTUDO SOBRE A
PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA CIDADE DE CRICIÚMA, SC**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Ambientais na área de Psicologia Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 26 de fevereiro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Teresinha Maria Gonçalves (Presidente da Banca e Orientadora - UNESC)

Prof. Dr. Nilzo Ivo Ladwig (Membro – UNESC)

Prof. Dr. José Ivo Follmann (Membro Externo – UNISINOS)

Alice Maccari
Mestranda

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me dado a oportunidade da vida e por, através dela, me fazer viver momentos de luta e esforço, que sempre são recompensados pela satisfação do dever cumprido.

À minha família, principalmente ao meu pai (*in memoriam*) e à minha mãe, que sempre me dedicaram muito amor, compreensão e coragem e foram os grandes responsáveis pela minha dedicação aos estudos, nunca desistindo perante os obstáculos.

Agradeço, em especial, à amiga e orientadora Prof.^a Dr.^a Teresinha Maria Gonçalves, pela confiança em mim depositada e por toda colaboração e dedicação que, por meio de seu conhecimento, foram fundamentais para a conclusão do presente estudo. A ela agradeço também por ser a coordenadora do Laboratório de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Psicologia Ambiental, do qual tive a oportunidade de fazer parte por dois anos, usufruindo e participando das pesquisas realizadas, as quais me trouxeram muito conhecimento e maturidade que não estiveram restritos apenas à vida acadêmica.

Estendo meus agradecimentos a todos os moradores do bairro Comerciário, em Criciúma, os quais se propuseram a participar voluntariamente desta pesquisa, contribuindo para enriquecer ainda mais o presente estudo.

A todos os colegas do Mestrado em Ciências Ambientais da UNESC e às demais pessoas que contribuíram de forma direta ou indireta para a conclusão deste trabalho, o meu singelo agradecimento.

“Uma cidade não é um acampamento de cimento armado. Quem lhe dá vida, alma, caráter, movimento, não são as máquinas que a fazem, mas aqueles que a habitam e a possuem”.

Nasser, 1960

RESUMO

Com o crescimento das cidades em um ritmo acelerado, o surgimento das construções verticais torna-se cada vez mais comum para atender à exigência de moradia para a população. A verticalização tem sua importância na medida em que favorece a otimização do solo e, se ocorrer de forma planejada, oferece aos seus usuários conforto, comodidade e “segurança”. No entanto, estudos como o de Nazário (2009) mostram que com relação às relações sociais, também se pode considerar que a moradia em edifícios tende a afastar as pessoas de seu convívio social, na perspectiva de uma vida coletiva, por isolar o morador dentro de seu apartamento. Tendo em vista essa nova forma de morar e a sua disseminação cada vez mais frequente nos centros urbanos, volta-se, neste estudo, o olhar para os moradores residentes em edifícios. A preocupação desta pesquisa é verificar a percepção ambiental (entendida como a percepção do ambiente sociocultural onde vivem) dos moradores residentes em áreas verticalizadas, levando-se em consideração a apropriação do bairro e da casa, os modos de vida na moradia vertical e a percepção do entorno dos edifícios. O lugar escolhido para a pesquisa foi o bairro Comerciário, localizado na região central da cidade de Criciúma, SC, que sofreu um intenso processo de verticalização nos últimos anos. Para o desenvolvimento da pesquisa foram entrevistados 26 moradores de edifícios localizados no bairro Comerciário. O estudo foi realizado por meio de uma pesquisa de natureza qualitativa, cujo método empregado foi o estudo de caso e a técnica de pesquisa a entrevista semiestruturada. Pode-se destacar como principais resultados, que a moradia vertical atrai moradores ao estar relacionada às questões de segurança, conforto e mobilidade para os usuários. Com relação aos espaços de troca de experiências, como as praças, os parques e a própria rua; assim como as relações sociais entre os indivíduos, percebeu-se que não são habituais para os moradores do bairro Comerciário.

Palavras-chave: Vida coletiva. Verticalização urbana. Apropriação do espaço. Percepção ambiental.

ABSTRACT

With the growth of cities in an increasingly fast pace the emergence of vertical buildings is becoming increasingly common to meet the housing requirement for the population. The vertical has its importance as it promotes soil and optimization if it is built in a planned manner, also offers its users, comfort, convenience and "security". However, studies show how the Nazário (2009) that with regard to social relations, you can also consider that housing in buildings tends to turn people away from their social life from the perspective of a collective life by tending to isolate the resident inside his apartment. In view of this new way of living, and its increasingly frequent dissemination in urban centers back up this research, look for residents residents in buildings. The concern of this research is to verify the environmental perception (understood as the perception of socio-cultural environment in which they live) of residents residents in verticalized areas taking into account the appropriation of the neighborhood and the house, the way of life in vertical housing and the perception of surroundings buildings. The place chosen for the research was the Comerciário neighborhood, located in the central city of Criciúma, who suffered an intense process of vertical integration in recent years. For the development of the research were interviewed 26 residents of buildings located in Comerciário neighborhood. The study was conducted through a qualitative research, the method used was the case study and the research technique was the semi-structured interview. Can be highlighted as the main results, the vertical housing attracts residents to be related to safety, comfort and mobility for users. With regard to exchange experiences spaces such as squares, parks and the street itself; as well as social relations between individuals, it was noticed that are not usual for residents of the neighborhood Comerciário.

Keywords: Collective life. Vertical urban. Appropriation of space. Environmental awareness.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – As vilas operárias que existiam no município de Criciúma. 23 | |
| Figura 2 – Mapa identificando a área de estudo dentro do município de Criciúma, SC. | 69 |
| Figura 3 – Imagens de algumas ruas do bairro Comerciário, em Criciúma, as quais caracterizam sua verticalização. | 72 |
| Figura 4 – Mapa do bairro Comerciário apresentando o recorte da área verticalizada. | 77 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-------|---|
| EIV | Estudo de Impacto de Vizinhança |
| PA | Psicologia Ambiental |
| UNESC | Universidade do Extremo Sul Catarinense |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 19 |
| 1.1 SOBRE A CIDADE DE CRICIÚMA | 20 |
| 2 OBJETIVOS DA PESQUISA | 27 |
| 2.1 OBJETIVO GERAL | 27 |
| 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 27 |
| 2.3 JUSTIFICATIVA | 27 |
| 3 REFERENCIAL TEÓRICO | 29 |
| 3.1 DAS CIDADES | 29 |
| 3.2 PLANEJAMENTO URBANO | 34 |
| 3.2.1 Plano Diretor e Relações de Poder | 38 |
| 3.2.1.1 Plano Diretor e Capital Imobiliário | 39 |
| 3.2.1.2 Planos Diretores de Criciúma: Histórico e Influências | 40 |
| 3.3 VERTICALIZAÇÃO URBANA | 42 |
| 3.4 CIDADES VULNERÁVEIS X CIDADES SUSTENTÁVEIS | 48 |
| 3.5 PSICOLOGIA AMBIENTAL | 54 |
| 3.5.1 A Psicologia da Percepção e a Percepção Ambiental | 58 |
| 3.5.2 O espaço urbano e as colaborações da Psicologia Ambiental | 61 |
| 3.5.2.1 Espaço e Lugar | 61 |
| 3.5.2.2 A Identidade de Lugar | 63 |
| 3.5.2.3 Morar e Habitar | 64 |
| 3.5.2.4 No entorno da morada | 65 |
| 4 METODOLOGIA | 68 |
| 4.1 APRESENTAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA | 68 |
| 4.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA | 73 |
| 4.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 76 |
| 5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS | 79 |
| 5.1 O PERFIL DOS ENTREVISTADOS | 79 |
| 5.2 COM RELAÇÃO À APROPRIAÇÃO DO BAIRRO E DA CASA | 79 |
| 5.3 MODOS DE VIDA NA MORADIA VERTICAL | 81 |
| 5.4 PERCEPÇÃO AMBIENTAL DO ENTORNO DO EDIFÍCIO | 88 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 94 |
| REFERÊNCIAS | 97 |
| APÊNDICES | 107 |
| APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA | 108 |
| APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | 112 |
| APÊNDICE C – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA | 114 |

1 INTRODUÇÃO

A opção pelo estudo do meio ambiente urbano se deu devido ao interesse despertado na disciplina isolada de Gestão Ambiental, no âmbito do programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC (Mestrado, segundo semestre de 2013), da qual participamos. O estudo trata do adensamento da cidade de Criciúma, expresso na vertiginosa verticalização que o município vem apresentando e nos seus efeitos em termos de problemas socioambientais urbanos. Por meio da contribuição da Psicologia Ambiental, que procura estudar o homem em seu contexto físico e social, o estudo refere-se à percepção ambiental dos moradores de áreas verticalizadas. No caso em questão, compreende os moradores do bairro Comerciário, da cidade de Criciúma, situada no extremo sul de Santa Catarina, Brasil.

A cidade de Criciúma, para a qual este estudo está voltado, segundo Gonçalves, Destro e Rocha (2009), apresenta um período de extensa especulação imobiliária, em que alguns de seus bairros centrais estão sendo abruptamente verticalizados sem nenhuma responsabilidade ou preocupação com a criação de espaços que venham contribuir para uma melhor qualidade de vida da cidade, o que vem refletindo em consequências na vida social de seus moradores.

São vários os problemas socioambientais decorrentes do adensamento das cidades, dentre eles podemos citar o surgimento das ilhas de calor decorrentes dos corredores de edifícios, a falta de arborização, a impermeabilização do solo, das ruas, das calçadas. Também podemos citar o impacto sobre os serviços básicos de infraestrutura, como a rede de esgotamento sanitário, a rede de água e a de outros serviços, como telecomunicações, serviços de saúde, de educação, de transporte, de mobilidade urbana e, principalmente, a carência de espaços públicos que favoreçam as relações entre as pessoas. Esse espaço sociofísico “enclausura” as pessoas em uma área cujo terreno seria a base física de uma casa, mas que passou a abrigar 40 ou mais famílias em um edifício.

Vários motivos levam à verticalização, desde as justificativas técnicas em termos de redução de custos em relação às redes de água, energia e esgoto sanitário até a “ideologia” da segurança. Esta pseudosegurança, hoje, se constitui em uma verdadeira indústria de equipamentos eletrônicos – desde câmeras até cercas elétricas –, o que nos faz lembrar as prisões. Outro motivo, segundo Carvalho (2013), é a interferência do capital imobiliário sobre o desenvolvimento urbano. A

produção do espaço urbano envolve um conflito entre duas posições: os moradores da cidade que lutam por uma melhor qualidade de vida e o capital imobiliário, que tem como base os interesses econômicos, busca um maior retorno financeiro e a maximização dos lucros, além de transformar as cidades em verdadeiras “máquinas de crescimento”.

O que se percebe no processo de verticalização urbana da maioria das cidades, inclusive da cidade de Criciúma, é que existe um embate entre os propósitos do planejamento urbano e o do capital imobiliário que costuma reger o modelo de desenvolvimento da cidade. A consequência, entre outras, é a modificação da paisagem e da morfologia urbana. Tendo em vista essa realidade urbana, este estudo tem a finalidade de investigar a percepção ambiental dos moradores de áreas verticalizadas, de que forma se dá a apropriação do bairro e da casa, quais os modos de vida em moradias verticais e como esses moradores percebem o entorno dos seus edifícios, ou seja, a visão que eles possuem do espaço urbano do seu bairro.

Esses problemas de percepção do espaço vêm ganhando o interesse cada vez maior de geógrafos, sociólogos, antropólogos, psicólogos ambientais e urbanistas. São muitos os trabalhos realizados e aplicados ao planejamento urbano das cidades, contudo, nem sempre essa política de ordenamento espacial leva em conta os anseios e as necessidades do contingente populacional urbano.

1.1 SOBRE A CIDADE DE CRICIÚMA

Criciúma é uma cidade de porte médio, localizada na região carbonífera do sul de Santa Catarina. Está assentada sobre o bioma Mata Atlântica e possui uma população estimada para o ano de 2015, conforme os dados do IBGE (2015), de aproximadamente 207.000 habitantes. Além dos problemas urbanos que acometem toda e qualquer cidade, segundo o estudo de Souza e Milioli (2012), o município se caracteriza pela expressividade de impactos socioambientais cumulativos decorrentes da atividade carbonífera realizada de maneira predatória durante muitos anos.

Segundo Nascimento (2004), para compreender o processo de formação da cidade de Criciúma, deve-se levar em conta dois grandes tempos fundamentais: o da mineração e o da agricultura, que são responsáveis pela formação histórica do seu espaço urbano. Esse espaço não é expressamente definido em área ou em quilômetros quadrados, mas em uma obra humana, em um produto histórico, resultante de todas as ações humanas no decorrer da história do lugar.

Quando da ocupação do município pelos imigrantes, a região era habitada por nativos das tribos Carijó e Xokleng que, segundo Nascimento (2004), se mantinham com a caça, com a pesca e com a coleta de frutos silvestres, numa vasta área de Mata Atlântica. À medida que os primeiros colonizadores foram chegando ao local em busca de terras para plantar e de uma melhor qualidade de vida, o confronto pela disputa do território¹ teve início. Os imigrantes passaram, então, para a construção de seu território, ao mesmo tempo que destruíam o território indígena.

A atividade dos colonizadores no município era essencialmente agrícola e de pecuária de subsistência, assim como em toda a região. O solo fértil e o conseqüente aumento da produção proporcionaram o desenvolvimento dessas atividades, tornando a agropecuária a principal fonte de economia do município por muitos anos.

A partir da descoberta do carvão no ano de 1913 e de sua exploração em Criciúma no início da década de 1920, a configuração territorial deste município teve início. Segundo Nascimento (2004), a praça, as ruas e a igreja passaram a ser representativos dessa temporalidade na formação do espaço urbano do município. Como complementam Balthazar e Pimenta (2005), a exploração do carvão mineral tornou-se o principal fator econômico do município, mas por ser realizada de maneira artesanal, necessitava de uma quantidade de mão de obra suficiente, o que gerou uma intensa busca pela região, iniciando o processo de crescimento demográfico da cidade.

O processo de urbanização do município de Criciúma teve início com a abertura das minas e com a criação das vilas operárias, pois onde o carvão aflorava, era aberta uma mina e ao redor dela eram construídas as casas dos mineiros, constituindo, desse modo, as vilas operárias. Nesse processo abrupto, a indústria do carvão ia produzindo o espaço urbano da cidade (GONÇALVES; MENDONÇA, 2007).

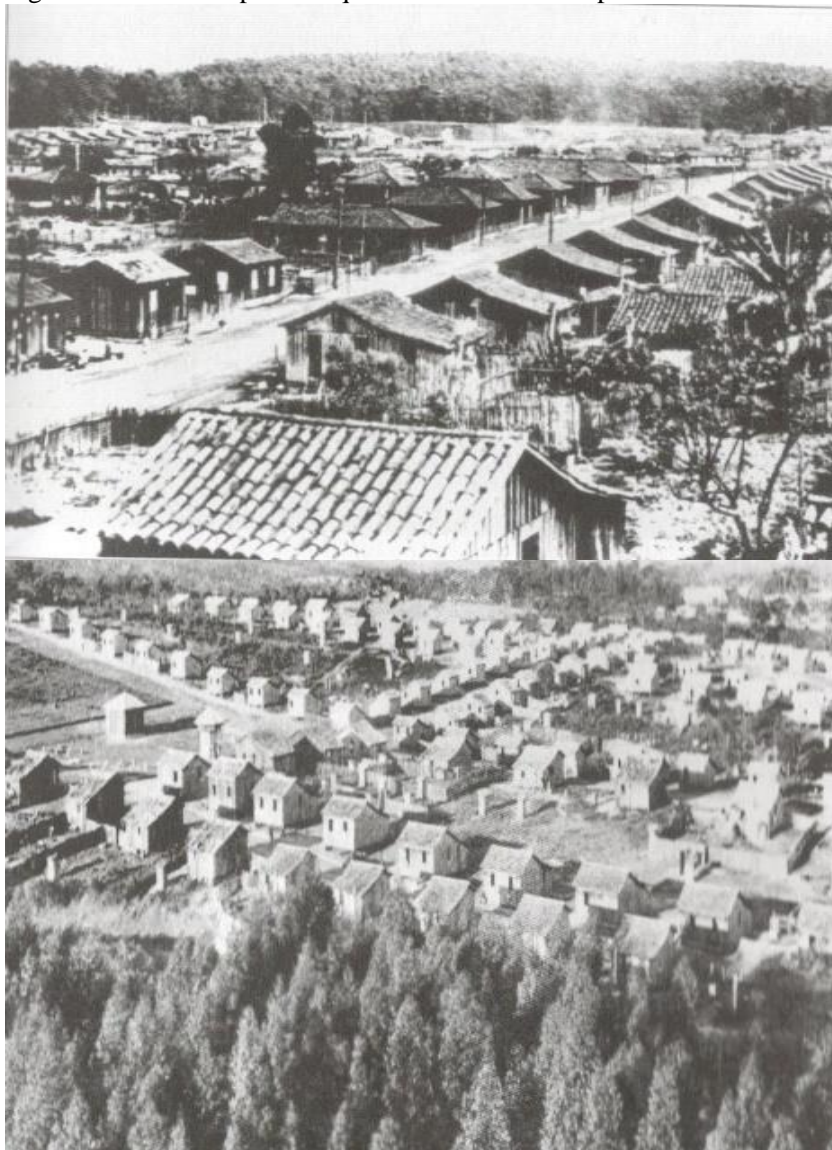
À medida que foram abertas novas minas de carvão, as empresas passaram a construir pequenas casas de madeira nas proximidades dessas minas, de forma a atender os operários mineiros, o que atraiu e fixou mais ainda a mão de obra. As vilas operárias eram núcleos quase independentes que contavam com açougues, escolas, igrejas, armazéns, clubes de dança e campos de futebol (NASCIMENTO, 2004). Nesse período, a paisagem predominante do município eram as minas e as

¹ O território não pode ser visto apenas como a base material geográfica, mas como um campo relacional que inclui movimento, conexões e ações políticas. (SOUZA, 2006)

vilas operárias e praticamente toda a sua economia girava em torno da mineração.

Como pode ser observado, segundo Câmara (2004), diferente de grande parte das cidades brasileiras, que se baseiam em duas áreas bem definidas, a rural e a urbana, o município de Criciúma foi se conformando a partir de três áreas distintas: a área central, núcleo gerado pelo cruzamento das estradas que ligavam as vilas e os assentamentos coloniais, além de centralizar as atividades administrativas e econômicas; as áreas rurais, caracterizadas pelas pequenas propriedades rurais estabelecidas no entorno da área central; e as vilas operárias, que eram tidas como áreas residenciais situadas no entorno das áreas de mineração de carvão. Ao longo do tempo, essas áreas foram sendo redefinidas dentro do processo de crescimento do município, apresentando novas dinâmicas e funções, que hoje caracterizam as novas funções urbanas da cidade.

Figura 1 – As vilas operárias que existiam no município de Criciúma.



Fonte: Goularti Filho (2004).

O modelo extrativista carvoeiro da região privilegiou o lucro fácil e imediato, desconsiderando os custos sociais e ambientais, o que

resultou no comprometimento da qualidade socioambiental do município – atingindo proporções alarmantes –, problemática evidenciada tanto na degradação dos elementos da natureza (água, ar, solo, relevo, vegetação, fauna) quanto naqueles da sociedade (GONÇALVES; MENDONÇA, 2007).

A atividade de extração e beneficiamento do carvão, segundo Lopes, Santo e Galatto (2009), por muito tempo foi realizada de maneira predatória, o que fez com que surgissem os problemas ambientais que afetaram a Bacia Carbonífera Catarinense, pois, devido à carência de planejamento, tecnologia e políticas ambientais durante muitos anos, as carboníferas não adotaram técnicas adequadas para a disposição de rejeitos, deixando expostas no ambiente as pilhas de rejeitos e as lagoas de águas ácidas.

Com relação aos recursos hídricos, segundo o estudo de Back (2009), as águas das bacias que drenam a região carbonífera sofreram com os impactos ambientais e com o seu elevado grau de poluição decorrente da exploração do carvão. Em função disso, os recursos hídricos da região carbonífera encontram-se seriamente comprometidos pela mineração, beneficiamento e uso do carvão.

Durante muitos anos, segundo Menezes e Waterkemper (2009), os rejeitos de carvão foram depositados em banhados e margens de rios, poluindo as águas e deixando o solo improdutivo. Além disso, eles invadiram as terras utilizadas pelos agricultores que residiam no entorno dos empreendimentos. Hoje, os recursos hídricos da região possuem elevada acidez e alta concentração de metais pesados, somando-se a essa realidade a degradação do ar e do solo do município.

Ainda com relação aos impactos causados pela atividade carbonífera no município, de acordo com Gonçalves e Mendonça (2007), a atividade de mineração foi extremamente insalubre, sendo que várias doenças acometeram a população, tais como pneumoconiose, bronquite, rinite, lesões na coluna vertebral e nas articulações, dentre outras, devido, principalmente, às precárias condições de trabalho apresentadas, como a presença de fumaça, pó, lama, pouca ventilação, confinamento no escuro, condições até então minimizadas pela mecanização do processo produtivo.

Segundo Montibeller-Filho (2009), a economia da região carbonífera de Santa Catarina, principalmente de Criciúma e região, hoje está estruturada sobre diversos setores de atividades, mas, historicamente, essa estrutura foi forjada a partir da atividade mineradora implantada na região desde cerca de um século. Essa mesma região incorporou empreendimentos tipicamente industriais, como

médias e grandes cerâmicas de revestimento e pequenas olarias produtoras de telhas e tijolos.

O autor destaca ainda que as principais atividades do setor secundário presentes na região – de processamento e transformação da matéria-prima, isto é, a indústria – estão estreitamente vinculadas a importantes processos de desgaste ambiental e degradação do meio ambiente. De um lado, o gradativo e contínuo esgotamento dos recursos naturais não renováveis, o carvão mineral e a argila própria ao fabrico de telhas e pisos, além da utilização da floresta local, hoje rara, como fonte de energia. De outro, decorrente do processo de produção, o problema da saúde do trabalhador na atividade e a geração de áreas degradadas; todos os problemas ambientais derivados da lavagem do carvão e depósito de seus rejeitos, o que compromete os rios e os lençóis freáticos; bem como a fumaça e os resíduos da queima de lenha nas olarias, que geram poluição atmosférica e malefícios à saúde pública (MONTIBELLER-FILHO, 2009).

A atividade de mineração, entretanto, depois de seu auge, sofreu, no final da década de 1960, com a forte pressão do governo para aumentar a produção carbonífera. Por meio de incentivos e subsídios financeiros para a mecanização das minas, começaram a surgir os reflexos dessa mudança: a frente de trabalho foi reduzida, aumentando o número de desempregados das minas de carvão. Para amenizar essa forte crise na indústria carbonífera, por efeito, o governo concedeu incentivos financeiros como forma de estimular a instalação de novas indústrias no município, de maneira a diversificar a economia da região (BALTHAZAR; PIMENTA, 2005).

Em meados da década de 1970, o município passou por um processo de diversificação das atividades econômicas, consolidando-se na região, além das empresas de mineração, as indústrias cerâmicas, têxteis, metalúrgicas e de plásticos. O setor imobiliário também mostrou um significativo crescimento nesse período, apresentando como consequência o início do processo de verticalização na área central da cidade de Criciúma, com a construção de edifícios altos, marcando a transformação da paisagem urbana da cidade (BALTHAZAR; PIMENTA, 2005).

A modernidade, por meio da verticalização dos edifícios, segundo Adami (2015), apagou grande parte das marcas deixadas pela atividade carbonífera na paisagem cricumense, incluindo também os comprometidos cursos d'água do rio Criciúma e suas margens.

A cidade passou a se transformar – abandonou a horizontalidade até então característica e seguiu o rumo da verticalização. Na região

central, houve a construção de três edifícios – o Edifício Comasa, o Hotel Cavaller e o União Turismo Hotel – que foram marcos importantes, pois foram construídos com onze pavimentos cada um. Os três imóveis são facilmente percebidos e considerados marcantes na paisagem urbana da cidade, além de caracterizarem o início dessa transformação (BALHAZAR; PIMENTA, 2005).

2 OBJETIVOS DA PESQUISA

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a percepção ambiental dos moradores de um bairro verticalizado na cidade de Criciúma, SC.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar a apropriação do bairro e da casa dos moradores entrevistados;
- Verificar os modos de vida em habitação vertical, considerando a relação de vizinhança e os momentos de lazer;
- Analisar a percepção das pessoas em relação ao entorno sociofísico e às alterações físicas e ambientais observadas;
- Contribuir para os estudos do ambiente urbano no âmbito das Ciências Ambientais.

2.3 JUSTIFICATIVA

A verticalização urbana, cada vez mais presente tanto em cidades médias quanto grandes, não leva apenas a uma mudança significativa na paisagem da cidade; as consequências dessa nova forma de morar costumam ir além, sendo capazes de causar transformações nos significados atribuídos ao espaço urbano, nos valores e, principalmente, nas relações interpessoais.

Hoje, não é mais possível que os órgãos públicos responsáveis pelos planejamentos urbanos tragam projetos e soluções prontos à população. A participação popular é um direito assegurado no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001) e condicionado à aprovação do Plano Diretor do município. É um consenso indispensável para que se possa evoluir na busca da progressividade e da sustentabilidade, conceito surgido ao longo do processo, desde o seu início em 1992.

Ainda assim, percebemos que a verticalização de espaços dentro das cidades não é um processo realizado de forma democrática, visto que na produção do espaço urbano são muitos os agentes responsáveis por sua configuração, uns com mais poder do que os outros, os quais, na maioria das vezes, transformam este espaço em produto, em uma mercadoria de valor, buscando lucros altos.

O cotidiano do espaço urbano, como colabora Kanashiro (2003), está dominado pelas ideias de eficiência e funcionalidade em detrimento aos demais valores. A cidade, por consequência, passa a ser entendida como um “emaranhado de problemas de ordem técnica e funcional, esquecendo-se dos valores pessoais, históricos e culturais, além da dimensão sensorial e psicológica das comunidades”. (KANASHIRO, 2003, p. 163).

Estudos de percepção em relação aos modos de vida urbana fazem-se necessários para termos uma compreensão mais próxima da realidade da cidade, seja para sua melhoria como um todo, sua proteção e ampliação, como forma a garantir para o ambiente citadino um espaço agradável para o convívio social e urbano.

Em estudos de percepção, como este voltado aos moradores das áreas verticalizadas do bairro Comerciário, é possível observarmos a consciência que os moradores têm do mundo que os cerca, suas motivações e condutas, visto que se deve considerar no ordenamento dos espaços de nossas cidades, os aspectos invisíveis, ou seja, aqueles capturados pelos sentidos, muitas vezes, de maior intensidade emocional.

Neste sentido, a compreensão da percepção da população sobre o bairro aponta a visão da comunidade local; identifica os problemas infraestruturais; subsidia políticas públicas de ordenamento do solo e orienta no desenvolvimento de programas especiais; sendo fundamental para a melhoria da qualidade do ambiente urbano.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 DAS CIDADES

O século XIX, com o advento da Revolução Industrial, foi marcado pelo surgimento em massa das máquinas, modificando os costumes e a economia e causando transformações cada vez mais profundas no modo de vida da população. Isso possibilitou que uma intensa agitação tomasse conta dos homens e de seus pensamentos, que um novo ritmo, criador de novas atitudes, fosse instalado (LE CORBUSIER, 2000).

Segundo Lefebvre (1991), a industrialização começa quando nasce o capitalismo concorrencial² e os centros urbanos começam a prosperar com o artesanato, produção bem distinta da agricultura. A transformação da matéria-prima em mercadoria cria uma nova classe, a dos artesãos (alfaiates, sapateiros, ourives, chapeleiros, marceneiros, ferreiros, ferramenteiros, farmacêuticos, doceiros, cozinheiros), que, como não poderia deixar de ser, explorava, de certa forma, os camponeses, apesar de apoiar as comunidades e a libertação destes. A cidade industrial não acumula apenas o dinheiro e inaugura a exploração do trabalho por meio da mais-valia, ela também se constitui em centros de vida social e política, não apenas de riquezas, mas, sobretudo, de conhecimentos, técnicas e obras de arte (LEFEBVRE, 1991).

A cidade, ainda segundo o autor, atrai grandes aglomerações não só em busca de trabalho, mas de outras necessidades, como conhecimento, serviços especializados de saúde e tecnologia. As pessoas pobres escolhem morar precariamente nas periferias das cidades porque esperam ter acesso, nesses lugares, a estes serviços que hoje nós chamamos de direitos sociais.

Quanto mais serviços e trabalhos uma cidade oferece, mais aumenta a sua população e mais difícil fica a sua gestão, visto que exige maiores investimentos em sua infraestrutura. A verticalização das cidades é consequência dessa explosão demográfica. Ela foi uma solução encontrada para que mais gente ocupe o mesmo espaço. Defende Lefebvre (1991) que o processo de urbanização foi decorrente do processo de industrialização. Segundo o autor, a problemática urbana tem um ponto de partida: o processo de industrialização, que foi o “motor” das transformações na sociedade.

² Competição no mercado que induziu a novas formas de regulamentação e incorporação de novas tecnologias no processo de produção. (SILVA, 2007)

Segundo Gonçalves (2015), a cidade sob esse ponto de vista marxista que nos traz Lefebvre é uma obra com o valor de uso e o produto que ela produz é valor de troca. O espaço da cidade passa a ser usado como palco para esta grande festa que é a produção, o consumo e a troca. A realidade da cidade industrial é complexa e contraditória; ao contrário das cidades medievais, que no seu apogeu centralizavam as riquezas, a burguesia industrial investe improdutivamente uma grande parte de suas riquezas nas cidades que dominam. Com o capitalismo comercial e bancário, a riqueza se torna móvel e as trocas se dão por meio de circuitos e permitem a transferência de dinheiro. Dessa forma, a riqueza no processo de industrialização deixa de ser predominantemente imobiliária. Em contrapartida, a cidade conserva um caráter orgânico de comunidade que vem da aldeia e que se traduz na organização corporativa. Segundo Lefebvre (1991), isso impede que as lutas de classe se explicitem.

Como complementam Barbosa e Nascimento Júnior (2009), a cidade está organizada pela lógica do capitalismo, em que:

É fundamental compreender que o crescimento da cidade, o processo de urbanização e industrialização, as modificações feitas na cultura e a ocorrência de novas tecnologias provocadas pela mídia no “desenvolvimento” do ambiente urbano são expressões de uma das maneiras de apropriação e de acumulação do capital. (BARBOSA; NASCIMENTO JÚNIOR, 2009, p. 24).

A cidade, segundo estes autores, tem um valor que pode ser atribuído ao de uso ou ao de troca. O significado da cidade para o capital fica evidente: ser objeto de reprodução e de lucro, de apropriação pelos atores hegemônicos (grandes investidores, donos de terras, sistema financeiro, empresas imobiliárias e de construção civil).

É por meio de todo esse processo que a cidade começa a se redesenhar, pois as leis que a regulam ficam submetidas à busca incessante dos superlucros e da extração da mais-valia coletiva que acontece, por sua vez, em detrimento das populações que sofrem com a falta dos diversos equipamentos urbanos: escolas, postos de saúde, ruas com pavimentação asfáltica, saneamento básico (água, esgoto e luz elétrica), e ainda convivem com habitação inadequada e praças deterioradas.

Portanto, cabe ressaltar que não é o crescimento urbano em si o causador dos problemas citadinos, mas sim a situação concreta nas relações promovidas entre o capital e o trabalho, engendradas pelas leis de mercado que criam as necessidades e acentuam os desequilíbrios no ambiente urbano (BARBOSA; NASCIMENTO JÚNIOR, 2009).

Carlos (2004) vem numa posição não ortodoxa, diferente de Lefebvre, e coloca a cidade não mais como mero reflexo da industrialização e do modo capitalista de produção. A cidade, não raramente, vem sendo pensada dissociando-se o seu quadro físico e o meio ambiente urbano (dimensão “naturalizada”). Em ambos os casos, oculta-se o conteúdo da prática socioespacial que lhe dá forma e conteúdo. O sentido da cidade acaba sendo reduzido àquela de condição da reprodução do capital, como faz Lefebvre, ou da dominação do estado, esvaziando-se em ambas o sentido da vida humana, o que nos revela que a cidade está em crise.

É impossível pensar a cidade separada da sociedade, pois, segundo Carlos (2004), ela é considerada uma construção humana. É construída por meio de um processo histórico-social. Nessa dimensão, a cidade aparece como um trabalho materializado acumulado ao longo do processo histórico e desenvolvido por uma série de gerações. O sistema capitalista é um sistema social e produziu a sociedade industrial. Hoje, se falarmos que estamos na pós-modernidade, a cidade vai muito mais além daquela concebida por Lefebvre e não se configura mais como espaço para reprodução do capital. Ela é expressão da significação da vida humana, pois o processo de individuação, ou seja, o processo de tornar-se sujeito acontece para o habitante da cidade na sua relação com o espaço urbano.

Na perspectiva de Carlos (2004), a sociedade produz o espaço e este espaço, apropriado nesta perspectiva, é a cidade. O homem habita espaços e dele se apropria. Ao fazer uma casa, o homem faz dela o local para a realização de sua vida, o que significa que a apropriação se refere a um lugar determinado do espaço. A vida cotidiana exprime-se como ação e ato, ou seja, uma atividade humana marcada fortemente pela vida. A vida urbana é a vida de encontros e desencontros, encontros com os diferentes e com os semelhantes. Não há outro espaço social como a cidade para propiciar esse aprendizado de tolerância com o diferente, com o novo. O espaço físico reduzido das grandes cidades coloca, forçosamente, um grande número de pessoas vivendo lado a lado. Um edifício é o exemplo mais emblemático dessa realidade.

Estamos acostumados a achar que a morfologia da cidade se dá apenas pela sua estrutura arquitetônica e pelo traçado urbano. Sennett

(1994) coloca claramente em sua obra, *Carne e Pedra*, que os corpos das pessoas, ao se amontoarem nas ruas, nos terminais de ônibus, nas saídas das fábricas, nas manifestações, compõem com a paisagem arquitetônica a morfologia urbana. Portanto, o que dá forma à cidade não são apenas as obras feitas pelos “fazedores” da cidade (arquitetos, engenheiros, etc.), mas sim a vida humana que habita todos os seus espaços. Enquanto pensarmos que o planejamento urbano se reduz a formas e não ao conteúdo (pessoas), estamos fadados a não encararmos de frente os problemas urbanos reais.

Nas palavras de Cullen (1983, p.9), “uma cidade é algo mais do que o somatório dos seus habitantes”. Para o autor, é uma unidade capaz de gerar um excedente de bem-estar e de facilidades que levam a maioria das pessoas a preferirem a vida em comunidade a viverem isoladas, independente de outras razões (CULLEN, 1983).

As várias definições de “cidade”, por mais que variem na concepção de diferentes autores, para Singer (1979) acabam sempre concordando num ponto: trata-se de uma aglomeração humana, de um conjunto de pessoas vivendo próximas umas das outras e assim criando aproximações e fortalecendo vínculos umas com as outras. Pode-se pensar que o que constitui a cidade não é o fato de os homens habitarem os mesmos lugares, não se prejudicarem uns aos outros e terem relações comerciais, embora tais condições sejam necessárias para que a cidade exista; mas a única associação que forma uma cidade é a que faz participarem as famílias e os seus descendentes da felicidade de uma vida independente, perfeitamente ao abrigo da miséria (SINGER, 1979).

Como completa Canepa (2007), os homens estabeleceram entre si a sociedade civil não apenas para viverem, mas para viverem felizes; uma sociedade onde possam buscar suas aspirações e satisfazerem suas necessidades.

A década de 70, como afirma Carlos (2004), apresenta-se como um momento de ruptura, de importante transformação. Nesse período, o espaço deixa de ser natural e a dimensão social assume um papel preponderante. A noção de cidade evolui, marcando o limite entre a cidade e o urbano, sendo entendida de três maneiras: cidade enquanto *locus* da produção, enquanto reprodução da força de trabalho e enquanto a articulação dessas duas dimensões do homem e do humano, que ligam as várias extensões da cidade. A autora ainda colabora no sentido de atribuir à cidade a sua dimensão histórica, produto da divisão do trabalho. Significa dizer que a cidade vai assumir, a cada momento, dimensões e conteúdos diferentes, sendo analisada nos dias de hoje sob

a ótica do capitalismo, pelo processo de acumulação como condição para a reprodução do capital em escala.

A cidade é a expressão do trabalho materializado, uma forma de apropriação do espaço urbano produzido, condição e meio para que se instituam relações sociais diversas, surgidas como um bem material consumido de acordo com as leis de reprodução do capital.

Com o advento da Era Moderna e o estabelecimento de novas formas de relações sociais, políticas e econômicas, uma nova dinâmica é imposta às cidades. Segundo Mendonça (2004), os pontos cruciais das relações capitalistas de produção passaram a se fazer presentes – a centralização da produção, o consumo, a circulação e o poder –, sendo que o ambiente natural intocado antes da intervenção humana acaba por sofrer transformações predatórias, dependendo da relação de produção que desperta em cada local, e isso faz com que as diferentes cidades apresentem seus peculiares ambientes de degradação.

Se a alteração no ambiente urbano for irreduzível devido à urbanização, existe a necessidade de unificar-se um aprofundamento de reflexões sobre a vida na cidade, de maneira a planejar ou ordenar a forma de ocupação ou de desenvolvimento dos espaços urbanos (MENDONÇA, 2004).

A cidade pode ser considerada, segundo Martins (2010), uma relevante conquista da civilização, mas também uma das mais expressivas formas de apropriação e transformação da natureza. Ela pode ser percebida em sua maioria como a não natureza por excelência, apresentando graves problemas urbanos atuais, como habitação, transporte e mobilidade; poluição da água, do solo e do ar; ausência de áreas verdes e públicas; enchentes e deslizamentos de encostas; dentre outros. Para esta autora, a compreensão das relações entre a sociedade, assim como da relação cidade e natureza, está para além dos modelos abstratos de cidade, ainda que em algum momento estes possam ser necessários. Do ponto de vista do diálogo entre as formulações teóricas e práticas, o desafio está na articulação da ecologia política à produção do espaço urbano, de forma a relacionar as práticas sociais às formas de apropriação e uso dos espaços urbanos e da natureza.

Uma das preocupações que recaem sobre o ambiente urbano é aquela que leva em consideração o seu crescimento, expresso pelo processo de urbanização e industrialização. Esses fatores vêm provocando o inchamento das cidades e o aumento da população em áreas periféricas que, na maioria das vezes, não possuem infraestrutura suficiente para receber tal contingente humano. Pode-se destacar como exemplo o êxodo rural, em que as pessoas saem do campo em busca de

melhores condições de vida e ao chegarem à cidade, acabam ocupando ambientes degradados, em situação de precariedade e ilegalidade, agravando ainda mais a sua condição subumana (BARBOSA; NASCIMENTO JÚNIOR, 2009).

Da mesma forma que as cidades expressam o seu espaço urbano produzido, para Santos (1994), elas estão cada vez mais diferentes uma das outras. Segundo o autor, no sistema urbano existe uma tendência crescente à diferenciação e à complexificação, ou seja, cada cidade passa a ter uma relação direta com a demanda de sua região, na medida em que cada região se especializa ligada ao consumo produtivo, apresentando uma a uma suas características peculiares.

O conceito de cidade deve ser percebido enquanto produção coletiva, pois ninguém a faz sozinho; a interação entre as diferentes forças e interesses dos indivíduos e das organizações privadas e públicas forma uma complexa rede na qual estão em foco não só o indivíduo, mas todo o sistema político e econômico, o Estado, o capital, a indústria e o comércio, os sistemas de transporte e trânsito, os processos migratórios e o valor da terra.

É essa rede de diferentes forças que atuam sobre a cidade que influencia diretamente a forma de ocupação do território e a organização do fluxo de mobilidade (VASCONCELLOS, 2012). Percebe-se, assim, que existe muita dificuldade para se chegar a um mínimo comum que atenda de forma igualitária a todos os interesses que estão envolvidos nesse ambiente.

3.2 PLANEJAMENTO URBANO

O crescimento acelerado das cidades, ordenado, muitas vezes, pelo poder público e pelo capital financeiro, tem provocado alterações significativas no ambiente e na sua forma, vulnerabilizando todo o ecossistema e o seu próprio entorno (BARBOSA; NASCIMENTO JÚNIOR, 2009).

Nessa tentativa de organizar e propor uma forma menos danosa aos desequilíbrios ocorridos na cidade, é necessário utilizar-se do planejamento urbano para, inicialmente, dar um direcionamento na qualidade de vida da sociedade (BARBOSA; NASCIMENTO JÚNIOR, 2009).

Quando nos referimos ao termo “planejamento”, estamos nos remetendo, segundo Souza (2006), ao futuro. Significa que estamos tentando prever a evolução de um fenômeno e simular os desdobramentos de um processo com o objetivo de melhor precaver-se

contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios.

Sendo assim, quando inserimos o planejamento dentro do sistema urbano, também estamos buscando, de certa forma, prevenir eventuais problemas que poderiam ser evitados. E foi no século XX que a cidade, segundo Canepa (2007), passou a ser analisada de forma mais atenta pela sociedade como um todo.

Buscava-se uma forma de o Estado manter o controle sobre a cidade, consolidando-se aí o planejamento urbano e regional na tentativa de tentar minimizar os conflitos sociais criados pelo crescimento urbano.

O conceito tradicional que se associa ao planejamento urbano é aquele que relaciona essa atividade à utilização de planos e regulamentos para guiar o uso do solo, com o objetivo de controlar adequadamente o crescimento das cidades.

Segundo Moreno (2002), esse tipo de planejamento foi praticado de fato entre os anos de 1950 e 1970, quando se proliferaram os planos diretores, as leis de zoneamento e os códigos de obras no mundo todo. Contudo, no final dos anos de 1970, um novo conceito, chamado planejamento estratégico urbano, começou a esboçar-se e hoje é bastante difundido por organismos multilaterais.

Nessa nova ótica, no entanto, passa-se a encorajar o crescimento urbano, pois as cidades são vistas como “máquinas de produzir riquezas”, e então o planejamento urbano tradicional, que pretendia organizar a cidade como um todo, perdeu a vez, tomando posto fatos como o esvaziamento das áreas centrais, as novas exigências de infraestrutura trazidas pela vida digital, a descaracterização de praças e ruas como pontos de encontro civilizados e a incerteza da segurança pública.

Quanto ao planejamento, pelo fato de seu horizonte temporal ser o futuro, especialmente em médio e em longo prazo, ele é considerado, teoricamente, a preparação para uma gestão futura em que se busca evitar ou minimizar problemas.

Colaborando com as colocações sobre planejamento urbano, Vasconcellos (2012) acrescenta que essa ferramenta define a forma como o espaço deve ser ocupado e usado para os mais diversos fins, apresentando como produtos os códigos e as leis que irão definir os usos e ocupações desejados e permitidos.

Ainda segundo este autor, as principais determinações desses planos são divididas entre o uso do solo e a ocupação do solo. Quando se relaciona ao uso do solo, pretende-se definir o tipo de utilização

aceitável para determinada parte do território da cidade, como, por exemplo, residencial, comercial, industrial, serviços, espaços de lazer e espaços públicos. Quando se enfatiza a ocupação do solo, busca-se definir qual o tamanho das construções que poderão ser erguidas em determinada área. Um exemplo disso é o Plano Diretor de uma cidade, o qual pode impor que as edificações não devem ultrapassar duas vezes a área do seu terreno ou também relacionar o espaço urbano com a quantidade de atividades a serem permitidas no local, tendo a ver, principalmente, com a capacidade de prover serviços públicos e com o volume de trânsito gerado por essas atividades.

As propostas alternativas de cunho democrático e igualitário para as cidades brasileiras esbarram em inúmeras fontes de limitações: 1) o ambiente construído é resultado da sociedade que o constrói e ocupa, ou seja, em uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, espera-se que a cidade possua essas características; 2) há dificuldade em lidar com a máquina pública administrativa.

Segundo Maricato (2001), a criação de um caminho de planejamento e gestão que contrarie o rumo social e ambiental predatório atualmente seguido pelas cidades brasileiras exige alguns pressupostos destacados: criar a consciência da cidade real e indicadores de qualidade de vida; criar um espaço de debate democrático; dar visibilidade aos conflitos; promover a reforma administrativa, a formação de quadros e agentes para uma ação integrada; promover o aperfeiçoamento e a democratização da informação; criar um programa especial para regiões metropolitanas; ter a bacia hidrográfica como referência para o planejamento; haver gestão e formulação de políticas de curtíssimo, médio e longo prazo.

A Constituição Federal de 1988 apresenta, no seu Capítulo II – Da Política Urbana, o seguinte:

Art. 182 - A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal exige que todos os municípios com mais de 20 mil habitantes tenham seu Plano Diretor definido. Segundo Vasconcellos (2012), o Plano Diretor é o instrumento legal que vai definir como o espaço da cidade pode ser ocupado, o tipo de utilização aceita em cada uma de suas partes e a infraestrutura da circulação. Essa ferramenta, para ser considerada eficaz, deve receber a contribuição de diversos órgãos governamentais para a sua definição e implantação.

O Plano Diretor deve estabelecer condições para várias políticas públicas que encontrarão nesse recurso sugestões ou limitações pertinentes ao que se deseja. Devido ao seu caráter legal, ele precisa ser analisado e votado pela Câmara Municipal, o que implica na participação direta dos vereadores de cada cidade, assim como das entidades civis de representação.

Na prática, isso leva muito tempo para ser implementado na forma como foi elaborado. Isso ocorre por causa dos conflitos entre as entidades beneficiadas e as prejudicadas ou pelo custo de algumas ações. Além de que, as ações das políticas urbanas, de transporte e de trânsito raramente são coordenadas.

Existe um desafio para os planejadores e administradores urbanos em toda essa reflexão sobre a cidade, mas em particular no Brasil. Segundo Moreno (2002), tem-se um alento que é o Estatuto da Cidade, também chamado de Lei de Responsabilidade Social – Lei nº 10.257, de 2001.

Esse instrumento passou a disciplinar as principais diretrizes do meio ambiente artificial, fundado no equilíbrio ambiental. Desse modo, possuímos, finalmente, uma legislação federal relacionada diretamente com as cidades, o que torna cada vez mais viável a vinculação da execução da política urbana ao conceito de “direito à sadia qualidade de vida”, assim como ao “direito à satisfação dos valores da dignidade da pessoa humana e da própria vida”, tendo em vista a “função social da cidade” agora “institucionalizada”.

Essa ferramenta de planejamento urbano não apenas fixa novos instrumentos que podem levar a uma reforma urbana no país, mas também cria reais condições para que a população em geral participe democraticamente da definição do futuro de nossas aglomerações, mediante órgãos colegiados, debates, audiências e consultas públicas,

conferências e iniciativa popular de projetos de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

O Estatuto da Cidade traz ainda um novo instrumento para um efetivo planejamento urbano, o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, por meio do qual os moradores de cada bairro passam a ter direito de participar da aprovação de projetos públicos ou privados, em sua vizinhança, que possam afetar a qualidade de vida, provocando adensamento populacional, barulho, problemas de trânsito, dentre outros. Podem ser citados como exemplos de empreendimentos, os *shoppings*, os cemitérios, as casas de espetáculos, os aterros sanitários, os templos, dentre outros.

Nunes (2011), sobre a questão da gestão urbana e o debate sobre o planejamento antes da verticalização, discorre que:

As cidades devem trilhar o caminho do planejamento sustentável, criando políticas governamentais, cujos programas, projetos e ações, tratem o meio ambiente através de uma concepção mais ampla de valores históricos, culturais, sociais, econômicos, paisagísticos e humanos, incorporando tecnologias limpas e adequadas. Ver a cidade, essencialmente em termos do aproveitamento dos seus espaços, apenas sob o ponto de vista econômico-financeiro, priorizando a construção civil lucrativa, com o velho discurso da modernização, com certeza ocasionará perdas de qualidade de vida (NUNES, 2011, p. 58).

Para Souza (2006), o planejamento e a gestão devem ser desmistificados, socializados e popularizados, de forma a permitir o envolvimento da sociedade civil. Os planejadores profissionais precisam colaborar com a socialização de informações e a facilitação da comunicação, pois o objetivo central é sempre ajudar a organizar e a preparar a sociedade para uma participação lúdica e com conhecimento de causa, informando e colaborando para ampliar a consciência de direitos, das crianças e adolescentes aos adultos. Isso pressupõe que as políticas públicas e os documentos legais sejam traduzidos para uma linguagem acessível, para o completo entendimento dos cidadãos.

3.2.1 Plano Diretor e Relações de Poder

3.2.1.1 Plano Diretor e Capital Imobiliário

Os autores Barbosa e Nascimento Júnior (2009) fazem uma crítica ao planejamento urbano que acabou se tornando um trabalho técnico e abstrato. Segundo os autores, esses planos elaborados por técnicos e especialistas produzem muitos resultados, mas nos conduzem a uma análise pragmática e mecanicista da cidade, acelerando, de certa forma, as desigualdades sociais e agravando seu aspecto ecológico, principalmente quando define suas formas de ocupação, impondo os lugares para as diferentes camadas da sociedade.

Nas sociedades capitalistas, não é novidade que o capital imobiliário interfere sobre o desenvolvimento urbano, como complementam Logan e Molotch (1987 *apud* CARVALHO, 2013, p. 546) ao admitirem que

Nessas sociedades, a produção do espaço urbano envolve um conflito entre o seu valor de uso e o seu valor de troca, o que opõe, de um lado, os moradores da cidade, interessados, sobretudo, na defesa da sua qualidade de vida, e, de outro, uma coalizão de interesses econômicos, comandada pelo capital imobiliário, que busca um maior retorno financeiro e uma ampliação dos seus lucros, com a transformação da cidade em uma espécie de “máquina de crescimento”.

Carvalho (2013) destaca que o capital imobiliário vem assumindo atualmente um novo protagonismo no desenvolvimento das grandes cidades brasileiras, destacando a mudança na estrutura econômica e social dessas cidades. Essa postura difunde novos padrões habitacionais com a proliferação de condomínios verticais e horizontais fechados e protegidos por dispositivos de separação física e simbólica, como muros, cercas e sofisticados aparatos de segurança, o que amplia a autossegregação dos mais ricos e as desigualdades urbanas.

O autor complementa dizendo que existe o abandono por parte do próprio Estado das suas funções tradicionais de planejamento e gestão urbana, que acabam sendo transferidas para atores privados, levando a uma afirmação crescente da lógica do capital imobiliário na produção e reprodução dessas cidades, ocasionando impactos decisivos sobre a estrutura urbana e sobre a vida de sua população.

A cidade, ou, mais especificamente, a vivência na cidade, também pode contribuir na formação do caráter, tanto para o bem

quanto para o mal, pois a “cidade-prisão”, os muros, as cercas eletrificadas e os aparelhos de vigilância, o medo e a segregação, tudo isso colabora na geração de um cidadão muito diferente daquele socializado em um espaço onde as formas espaciais e os territórios traduzem liberdade e estimulam a solidariedade. E tanto o planejamento quanto a gestão têm desempenhado, quase sempre, um papel na produção de “cidade-prisão” (SOUZA, 2002 *apud* SOUZA, 2006).

O planejamento urbano deve também romper com os modelos de planejamento externos, que muitas vezes são aceitos para nortear os caminhos do desenvolvimento em nossas cidades.

Como complementa Santos (1994 *apud* BARBOSA; NASCIMENTO JÚNIOR, 2009, p. 31), “o planejamento urbano tem desconsiderado a maior parte da população, negligenciando o meio físico e social, pois os planos estão obedientes aos modelos das cidades internacionais”.

A construção de uma cidade deve possuir como premissa um modelo de planejamento urbano norteado, principalmente, por uma postura ética, comprometida a dar condições políticas e econômicas, mas priorizando a manutenção dos processos ecológicos.

A melhoria do bem-estar dos habitantes de uma cidade parte da necessidade de se garantir a atividade socioeconômica e a qualidade ambiental urbana, evitando os processos de degradação dos recursos do meio urbano (BARBOSA; NASCIMENTO JÚNIOR, 2009).

3.2.1.2 Planos Diretores de Criciúma: Histórico e Influências

Na cidade de Criciúma, segundo Preis (2013), foram aplicadas diversas práticas de planejamento urbano em diferentes momentos históricos pelos quais o município passava. Ao longo dos anos, já foram elaborados no município cinco planos diretores, tendo cada um deles características diferenciadas dadas ao contexto político nacional e local, além das influências dos urbanistas de cada época e das forças políticas e econômicas da cidade. O autor também explica que os planos diretores, mesmo contendo propostas objetivas e benéficas para o desenvolvimento da cidade, estas foram, muitas vezes, barradas ou ignoradas por interesses privados.

Percebe-se, utilizando as argumentações de Preis (2013), que a paisagem da cidade de Criciúma se transformou para atender à demanda de crescimento que passou pela influência de vários setores (mineração, cerâmica, construção civil, dentre outros). Relacionado a isso, cada Plano Diretor de Criciúma reflete um momento econômico distinto e as

relações de poder que se expressaram no espaço de formas distintas. Segundo Preis (2013, p. 86),

Para entender as dificuldades de implantar um Plano Diretor Participativo em Criciúma, é necessário primeiro compreender que as condições territoriais incidem no processo de planejamento, seja pela paisagem atual, que é fruto das relações de poder pretéritas e atuais, seja pela tendência de alteração futura desta em favor dos grupos atualmente dominantes.

A primeira tentativa de implantação de um Plano Diretor na cidade de Criciúma foi na década de cinquenta, período em que a atividade carbonífera estava fortalecida na região. O Plano de 1957 definiria o perímetro urbano, o planejamento de melhorias viárias marginais ao leito do rio e a proposição de áreas verdes que não foram concretizadas devido às resistências por parte dos comerciantes e proprietários de terras que pressionaram os políticos para não implantá-las. Essas propostas poderiam garantir o fluxo viário futuro e manter o canal de drenagem aberto para evitar inundações (PREIS, 2013).

No período de vigência do Plano Diretor de 1973, a atividade de mineração estava no auge e despontava a indústria cerâmica, seguida pela indústria plástica, química e de vestuário. Como consequência, houve uma significativa expansão demográfica e a necessidade de implantação de loteamentos tanto para atender a classe média quanto a classe operária. Nesse período, o objetivo era atender à demanda de mão de obra sem priorizar as condições habitacionais e a estrutura social necessária, tanto que foi nessa época que houve a ocupação em abundância de áreas degradadas, ocasionando problemas que foram além da ocupação irregular, refletindo nas condições de saúde e potencializando o risco social. Esse Plano, elaborado por uma equipe técnica de Porto Alegre, também foi remodelado por técnicos locais para, inclusive, trazer benefícios para grupos econômicos locais.

Segundo Porto (2008 *apud* PREIS, 2013), várias leis posteriores descaracterizaram algumas áreas especiais e áreas verdes, e não foram realizados os previstos alargamentos de ruas. Além disso, os critérios mantidos não eram cumpridos como se constata em projetos realizados com a convicção do poder público no período de vigência do plano.

Devido ao fato de não haver técnicos para auxiliar no cumprimento das questões urbanísticas, fica claro o desinteresse do

poder público pelas questões que norteiam o desenvolvimento urbano da cidade, deixando o poder de decisão sobre o futuro da cidade nas mãos dos proprietários de terras e de capital.

O Plano Diretor de 1984 foi promovido justamente pelo fato de o plano anterior não seguir os parâmetros para a melhoria da cidade, mas sim os interesses dos empreendedores. Esse Plano contou, nesse período, com uma equipe técnica auxiliada por profissionais da cidade, vinculada ao poder público. Esse fato proporcionou a verticalização de áreas residenciais até então familiares. A substituição de residências por prédios em bairros mais valorizados foi favorecida, principalmente pelo fato deste Plano já estar de acordo com os interesses imobiliários da época, o que indica que as construtoras vinham ganhando força com a verticalização e interferiam na definição das regras do Plano Diretor (PREIS, 2013).

O Plano de 1999 entra em cena após o declínio da atividade de mineração, a expansão do comércio e a aceleração da verticalização central, sendo o foco imobiliário a construção de edifícios na área central e nos bairros do entorno, como o Comerciário. Esse processo foi motivado pela centralidade do comércio, dos serviços de saúde e educacionais, dentre outros. E foi sob a vigência desse Plano bastante permissivo que muitas construtoras da cidade ampliaram seus lucros e reinvestiram em novos empreendimentos, possibilitando uma excessiva verticalização, mercado esse já em expansão, influenciado também pelos imigrantes do sul do estado que estavam trabalhando na Europa e nos Estados Unidos, os quais investiram seus ganhos em imóveis na cidade.

Ficou claro, em relação ao Plano de 1999, que houve o predomínio de interesses de três agentes econômicos: os comerciantes centrais, as construtoras e as indústrias (PREIS, 2013). Podemos observar, por meio do histórico de tentativas de implantação de Planos Diretores na cidade de Criciúma, que tais documentos foram gerados por técnicos direcionados por agentes políticos e econômicos de cada período histórico pelo qual a cidade passava, ignorando os anseios da população para continuar privilegiando poucos interessados.

Pode-se confrontar tal afirmação com a ideia do direito à cidade de Lefebvre (1968), que associa a cidade a um mercado, onde o lucro é o fator principal e as relações sociais e a participação democrática ficam em segundo plano (PREIS, 2013).

3.3 VERTICALIZAÇÃO URBANA

A verticalização, que é considerada um marco revolucionário na paisagem urbana, surge nas cidades como uma nova ideologia, uma nova concepção de morar, estando associada, na maioria das vezes, a uma boa localização, infraestrutura e segurança.

Esse processo de expansão vertical observado na maioria das cidades brasileiras, antes observado apenas em grandes metrópoles, hoje já pode ser visto em cidades médias e até pequenas. Acompanhando o processo de expansão urbana horizontal das cidades, impulsionada principalmente pela ampliação do crédito imobiliário, propiciou a sua expansão vertical (MORAIS; SILVA; MEDEIROS, 2007).

A verticalização, segundo Ficher (1994 *apud* RAMIRES, 1998), pode ser apontada como um exemplo de materialização das transformações técnicas que atingem a cidade contemporânea de forma contundente. Esse processo não deve ser considerado como uma consequência natural da urbanização, mas como uma das possíveis opções traçadas e definidas pelos diferentes atores sociais e interesses econômicos que envolvem a estruturação interna das cidades.

O processo de urbanização reflete impactos no meio físico, principalmente no solo que é compactado, diminuindo a porosidade e a infiltração de águas pluviais, fazendo aumentar o processo de escoamento superficial e a erosão do solo, maximizando, assim, o potencial de degradação.

Com relação à implantação de edificações, podem ser observadas implicações tanto no aspecto ambiental quanto na infraestrutura da cidade, como o aumento do tráfego, ocasionando a geração de ruído e a emissão de poluentes atmosféricos; o aumento da demanda de água para abastecimento público; o aumento na geração de resíduos sólidos; e a sobrecarga nos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos efluentes (MORAIS; SILVA; MEDEIROS, 2007).

Os agentes produtores do espaço urbano apropriam-se e consomem o espaço como se este fosse uma mercadoria, não para a sua satisfação pessoal, mas para realizar um desejo de lucro. Essa apropriação e consumo ocorrem de forma diferenciada, tendo em vista que os processos sociais, políticos, culturais e econômicos que comandam a estruturação/reestruturação do espaço urbano sempre se realizam de modo desigual.

Como complementa Souza (1994 *apud* RAMIRES, 1998), a verticalização do espaço urbano representa uma revolução na forma de construir, afetando a dinâmica de acumulação/reprodução do capital no setor da construção civil e do mercado imobiliário.

Segundo Ramires (1998), é possível identificar alguns pontos de consenso entre as ideias apresentadas por diferentes autores com relação à verticalização das cidades brasileiras que apresentam a verticalização como um fato relacionado aos tempos modernos: 1) os edifícios altos, na maioria das vezes, são apontados como um marco revolucionário na fisionomia das cidades; 2) há uma revolução na forma de construir, dando maior evidência à importância da técnica na produção do espaço urbano, afetando, assim, a dinâmica de acumulação/reprodução do capital; 3) provoca profundas alterações na estrutura interna das cidades, destacando-se as mudanças na estrutura social, o valor e o uso do solo urbano; 4) exige uma nova responsabilidade do Poder Público no sentido de disciplinar o seu processo de ocupação com relação à legislação urbana, evidenciando a importância desta para a gestão desse processo, pois é percebido que quando relacionamos a verticalização e a legislação urbana, a regra geral que observamos com frequência é a de subordinação da lei aos grupos de interesses determinados que produzem o espaço urbano; 5) a verticalização também não pode ser compreendida sem analisarmos as práticas socioespaciais contidas na lógica do capital imobiliário, enquanto agente capaz de produzir mudanças significativas na estrutura interna das cidades.

É interessante destacar que a verticalização enquanto um elemento do crescimento urbano, segundo Costa (2000), não deve ser vista como um problema por si só. Ela também é importante na medida em que atende às necessidades do modelo econômico e da sociedade em que vivemos, sendo vista como uma solução para os problemas espaciais, pois favorece a otimização do uso do solo por meio das construções verticais. O edifício vertical, construído de forma planejada, é um elemento importante na grande cidade, pois além de favorecer o desenvolvimento das funções pertinentes a cada centro urbano, fornece aos seus usuários comodidade, conforto e segurança.

Segundo Scussel e Sattler (2010), a verticalização não é boa nem má; a questão é bem mais complexa e está atrelada a um conjunto de fatores, sejam eles os custos da infraestrutura urbana, a tipologia das edificações, a estruturação da malha viária, dentre outros, que combinados definem a qualidade do espaço urbano.

As estratégias para a organização espacial variam no tempo e no espaço, dependendo, logicamente, dos agentes produtores da cidade, como o Estado, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários. A produção desse espaço fica representada nas diversas paisagens geográficas que dominam o cenário urbano e que foram produzidas através de relações sociais ao longo do processo histórico. Sendo assim,

a verticalização é apontada como a solução encontrada para resolver os problemas do grande aglomerado de pessoas que vivem nas grandes cidades (SILVA; ASSIS NETO; OLIVEIRA, 2013).

O processo de verticalização pode ser considerado extremamente complexo, podendo sugerir diferentes caminhos de abordagens. Segundo Casaril e Fresca (2007), uma abordagem bastante utilizada é a interpretação e análise econômica do processo de verticalização, visando analisar quem são os agentes construtores e incorporadores que produzem a verticalização. A abordagem do planejamento urbano também é muito utilizada, pois com a ampliação da verticalização brasileira nas cidades, o Poder Público se vê na condição de criar mecanismos regulatórios e de ampliação da infraestrutura urbana, em especial para atender a essas áreas adensadas.

A abordagem ambiental, ainda pouco estudada, também é importante, pois dá destaque para os impactos ambientais provocados pela verticalização fortemente concentrada territorialmente.

Segundo Scussel e Sattler (2010), discutir sobre a verticalização urbana incumbe uma discussão sobre os modelos de planejamento, cujos principais, segundo os autores, referem-se ao modelo compacto de cidade e ao modelo de cidade espreada. No caso das cidades brasileiras, não houve uma discussão sobre o modelo de cidade a ser seguido no momento mais importante do crescimento e desenvolvimento urbano devido à rápida inversão demográfica entre o campo e a cidade, o que produziu um meio urbano desordenado e desestruturado. Diante disso, o poder público cedeu a função de planejamento das cidades para os setores da sociedade que viam na especulação imobiliária uma fonte de lucros.

De acordo com Rosa (2011 *apud* OLIVEIRA *et al*, 2015), o governo brasileiro passou a dar importância às questões voltadas ao planejamento urbano a partir da década de 80, quando os diversos setores da sociedade passaram a pressionar as autoridades, que estavam fartas das problemáticas urbanas. Com a criação, em 2001, do Estatuto das Cidades e, em 2003, do Ministério das Cidades, houve uma maior solidificação dos meios legais na busca de um modelo de urbanização a ser seguido. No entanto, apesar de o caminho para se discutir e planejar o desenvolvimento sustentável das cidades ter sido encontrado, era tarde demais, pois a maioria das cidades brasileiras já estavam inchadas e com graves problemas urbanos, muitos deles provenientes de um processo de urbanização desenfreada.

A verticalização acentuada foi adotada como uma das formas de ocupação e aproveitamento da terra urbana e o que se observa, muitas vezes, é um “empilhamento” de edificações verticalizadas e, conseqüentemente, um “empilhamento humano”. Este tipo de ocupação do solo verticalizado, sem um planejamento estrutural e global da cidade, pode não ser a solução mais adequada, levando-se em consideração as conseqüências que dela podem emergir, mantidas as tendências de configuração urbana atuais de produção espacial: congestionamentos, poluição do ar, carência de áreas verdes e de lazer públicos tratados próximos às residências, com mudanças na forma de insolação e direcionamento dos ventos, além da própria relação de vizinhança, podendo conduzir a interferências na qualidade do espaço residencial e, em decorrência disso, na qualidade de vida da população (SILVEIRA; SILVEIRA, 2014, *apud* OLIVEIRA *et al.*, 2015, p.15).

Segundo Oliveira *et al.* (2015), para entender o processo de verticalização das cidades brasileiras, deve ser analisada a influência de cinco importantes fatores: a rápida e descontrolada urbanização devido ao processo de industrialização, a alta lucratividade do setor de venda de imóveis e especulação imobiliária, a falta de espaço nas localidades bem estruturadas dos centros urbanos, a ausência do governo no processo de urbanização e na responsabilidade de democratizar o meio urbano e o fascínio visual e tecnológico exercido pela concentração de edifícios no centro urbano.

Devido à escassez de espaço nos locais mais bem estruturados das cidades, houve a necessidade de se multiplicar o espaço, possibilitando a construção de novas moradias por meio dos edifícios. Rosa (2011 *apud* OLIVEIRA *et al.*, 2015) cita que a construção de edifícios no Brasil sobrepôs de forma violenta a especulação imobiliária e a busca imoral pela maximização dos lucros sobre a função social que o processo de verticalização deve ter. A autora ainda complementa que a má verticalização pode causar diversos problemas.

Diversos problemas são criados pelo crescimento vertical desenfreado de uma cidade, determinada região ou zona, problemas congênitos como alta densidade populacional, criação de microclimas,

dificuldades de abastecimento de água urbano, canalização do vento, maior gasto de energia elétrica, impermeabilização do solo, dificuldade na implantação e funcionamento da rede de esgotos, trânsito caótico, sombreamentos de residências, escassez de áreas verdes [...]. (ROSA, 2011 *apud* OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 18).

O processo de verticalização, segundo Nucci (1997 *apud* OLIVEIRA *et al*, 2015), aponta quem são os beneficiados e quem são os prejudicados pela verticalização descontrolada:

As consequências da verticalização não ficam circunscritas à área verticalizada. Elas influenciam na qualidade de vida de toda a população ao redor, desde a vizinha até a mais distante. Os únicos que ganham com a construção de enormes edifícios são os empreendedores, o governo e os que compram os apartamentos para especular. Até o próprio morador pode sair perdendo com o tempo. Se o indivíduo está interessado em comprar, torna-se, portanto, a favor da verticalização, mesmo que o edifício no qual ele tenta adquirir um apartamento venha a diminuir a qualidade de vida ao redor, mas depois que adquiriu o bem, se revolta com a verticalização dos lotes vizinhos. (NUCCI, 1997, *apud* OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 25).

Tendo em vista os impactos positivos também proporcionados pelos edifícios altos, estes estão associados à ideia de progresso, de modernidade, de desenvolvimento e de poder, ao impacto estético positivo na paisagem e à função do edifício alto como marco referencial, tanto de localização como de símbolo ou ícone de uma cidade proporcionada pela verticalização (GREGOLETTO; REIS, 2012).

A verticalização, na visão de Ficher (1994 *apud* UEDA; CASTRO, 2013), representa, além das transformações já apresentadas na paisagem, uma modificação nos significados e valores associados ao espaço urbano e nas relações interpessoais, estabelecendo uma nova relação entre o homem e o espaço. E essas novas relações que se constroem, tanto interpessoais como aquelas entre o indivíduo ou grupos e o seu espaço, acabam resultando em novas configurações do espaço físico, que vai se transformando para se adaptar a essas novas demandas.

3.4 CIDADES VULNERÁVEIS X CIDADES SUSTENTÁVEIS

Segundo Oliveira e Milioli (2012), o estilo de vida associado ao consumismo, ao objetivo econômico e ao esgotamento dos recursos naturais trouxe problemas socioambientais que, conseqüentemente, alteraram o estilo de vida, propiciando a expansão urbana, grandes aglomerações e densidades humanas, degradação das terras, acúmulo de resíduos, todo tipo de poluição, doenças e medos e, mais recentemente, as mudanças climáticas. Ainda como complemento, segundo os autores, o processo de industrialização e urbanização funciona como uma engrenagem, a qual gera, além de problemas ecológicos, também os problemas sociais, trazendo desigualdades no acesso a bens e serviços urbanos e diminuição da qualidade dos serviços. Essa situação é uma indicação de que os problemas são complexos, interligados e interdependentes e de que tudo isso, aliado à omissão das autoridades públicas, aumenta os espaços construídos sem qualidade, faz crescer o setor informal e as áreas ocupadas ilegalmente, produzindo a marginalização social.

A expansão urbana não é um fenômeno novo ligado ao desenvolvimento da industrialização, mas a aceleração desse movimento nos dias de hoje é que está colocando em cheque a função e o papel da cidade, pois parece que a humanidade está presa num movimento irreversível, tendendo a transformar o planeta num vasto setor urbano.

Para Canepa (2007), desde as civilizações primitivas até as mais desenvolvidas, a qualidade de vida tem sido amplamente buscada pelos povos; entretanto, o atual modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios – pois se por um lado nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia a dia. A contribuição para essa realidade de posições antagônicas está baseada na quebra de paradigmas entre crescimento e desenvolvimento econômico.

É percebido que se busca o aumento quantitativo em termos de renda *per capita* ou Produto Interno Bruto, que por si só não é garantia de que uma sociedade seja desenvolvida. Para que haja o verdadeiro desenvolvimento de uma região, é imprescindível que atrelado a esse crescimento econômico quantitativo seja promovido o crescimento qualitativo, mas este só será possível quando estes mesmos recursos econômicos forem alocados para os diversos setores da sociedade, tais como educação, saúde, habitação, saneamento, emprego, distribuição equitativa de renda, preservação ambiental, entre outros.

Por todo o mundo, nas últimas décadas, o domínio público nas cidades e os espaços públicos entre os edifícios têm sido negligenciados. Para mudar essa realidade, são necessários novos conceitos de planejamento urbano para integrar as responsabilidades sociais.

Segundo Rogers (1997), as cidades cresceram e se transformaram em estruturas tão complexas e difíceis de administrar, que quase não nos lembramos de que elas existiam em primeiro lugar e, acima de tudo, para satisfazer as necessidades humanas e sociais das comunidades.

De fato, geralmente, as cidades não conseguem ser vistas sob essa ótica. Quando questionadas sobre as cidades, provavelmente as pessoas irão falar de edifícios e carros, em vez de falarem de ruas e praças. Se perguntadas sobre a vida na cidade, falarão mais do distanciamento, do isolamento, do medo da violência ou do congestionamento e da poluição do que de comunidade, participação, animação, beleza e prazer. Provavelmente, dirão que os conceitos de “cidade” e “qualidade de vida” são incompatíveis.

No mundo desenvolvido, esse conflito está levando os cidadãos a se enclausurarem em territórios particulares protegidos, segregando ricos e pobres e acabando com o verdadeiro significado do conceito de cidadania. O autor ainda acrescenta que as cidades só podem refletir os valores, os compromissos e as resoluções da sociedade que elas abrigam; como consequência, o sucesso de uma cidade vai depender de seus habitantes e do poder público, além da prioridade que ambos dão à criação e à manutenção de um ambiente urbano e humano.

A opção da humanidade de habitar coletivamente fez com que a cidade se enobrecesse ao possibilitar aos seus habitantes várias vantagens, como o acesso à habitação, emprego, abastecimento, saneamento, energia, educação, saúde, transporte e lazer.

Logicamente, segundo Danni-Oliveira (2001), esse rol de facilidades traria, sem dúvidas, consequências negativas ao habitat urbano, resultando, para muitas cidades metropolitanas, em situações de colapso de seu meio, por intermédio de episódios de transbordamento dos seus rios, de desmoronamentos das vertentes dos seus morros ou por situações de comprometimento da qualidade do ar que os moradores respiram (DANNI-OLIVEIRA, 2001 *apud* MENDONÇA, 2004).

A vulnerabilidade das cidades também pode estar associada à natureza climática, visto que as sociedades tornam-se cada vez mais indefesas diante de eventos naturais extremos, particularmente os de origem meteorológica, hidrológica e geológica. De acordo com Gonçalves (2011), à medida que a população cresce e a ocupação se faz

em áreas cada vez mais extensas, a chance e o risco de determinados eventos acontecerem também aumenta.

A ordenação do desenvolvimento das funções sociais da cidade como forma de garantir o bem-estar de seus habitantes é objetivo da política de desenvolvimento urbano. Segundo Saule Junior (1997), a função social da cidade deve atender aos interesses da população de ter um meio ambiente sadio e promover condições dignas de vida; ou seja, enquanto a população não tiver acesso ao saneamento básico, à cultura, ao transporte público, ao lazer, à moradia, à segurança, à educação e à saúde, a cidade não estará atendendo à sua função social.

De maneira breve, a política de desenvolvimento urbano deve ser destinada a promover o desenvolvimento sustentável, atendendo às necessidades essenciais das presentes e futuras gerações. Para isso, são necessárias medidas e políticas formuladas e implementadas com a participação popular, voltadas para a proteção do meio ambiente sadio, da eliminação da pobreza, da redução das desigualdades sociais e da adoção de novos padrões de produção e consumo sustentáveis.

Dois vertentes importantes defendem a necessidade de se buscar uma resposta ambiental para as políticas públicas para o meio urbano. Segundo Ribeiro (2006), são elas: a crítica às cidades biocidas ou doentes; a defesa da cidade ecológica; e a tentativa de se evitar que o crescimento urbano ultrapasse a capacidade de suporte. Como contribuição, Rogers (1997) lembra que em 1900 apenas um décimo da população mundial vivia em cidades. Hoje, esse número compreende metade da população mundial.

Esse crescimento da população urbana e os padrões de moradia ineficientes aceleram cada vez mais o aumento da taxa de poluição, sendo uma ironia a cidade, habitat da humanidade, caracterizar-se como o maior agente destruidor do ecossistema e a maior ameaça para a sobrevivência da humanidade no planeta. O autor completa dizendo que se as cidades estão destruindo o equilíbrio ecológico do planeta, nossos padrões de comportamento econômico e social são as causas principais de seu desenvolvimento, acarretando desequilíbrio ambiental.

A cidade, no aspecto da modificação ambiental, representa a maior e mais radical modificação no ambiente natural realizada pela humanidade. Dessa maneira, o nível de sustentabilidade dependerá de quanto os impactos positivos criados pelo sistema (serviços ambientais, sociais e econômicos) superam os aspectos negativos (degradação ambiental, poluição, exclusão social, etc.). Sendo assim, a cidade sustentável seria aquela que maximiza os impactos positivos em favor de uma busca da qualidade de vida e, por outro lado, minimiza os

impactos negativos ou os elementos contrários ao equilíbrio ambiental e social.

Para Ribeiro (2006), o conceito de desenvolvimento sustentável é muito mais amplo e abrangente do que a simples conservação ou proteção ambiental. Possui uma abrangência interdisciplinar que inclui a preocupação com as dimensões sociais, éticas, econômicas, tecnológicas, culturais e, evidentemente, com a manutenção dos ecossistemas, da qualidade ambiental, da qualidade de vida e equidade social em um momento presente e dentro de um princípio de equidade de longo prazo. Também considera a necessidade de justiça e equidade entre as gerações, ou seja, intergeracional, considerando que os seres humanos que não de vir merecem um ambiente tão bom ou, de preferência, melhor que o que usufruímos atualmente.

Sob o ponto de vista urbano, segundo Souza e Milioli (2012), a promoção de alternativas para a sustentabilidade nas cidades fica atrelada à análise de aspectos como a concentração excessiva de áreas metropolitanas, a ocupação de áreas de risco e a consequente destruição de ecossistemas por processos de colonização descontrolados.

Para que o desenvolvimento das cidades se dê no sentido de assegurar a conservação dos recursos naturais, a equidade social, o uso sustentável do território e a mobilidade urbana sustentável e o empenho dos representantes democraticamente eleitos são indispensáveis para a gestão e reorganização do espaço urbano.

Desse modo, o incentivo a processos participativos, a espaços de diálogos entre todos os atores sociais que “fazem” a cidade e a promoção da autogestão local são condições essenciais para consolidar o envolvimento da comunidade e, por consequência, garantir o planejamento e a implementação das atividades humanas, seguindo padrões mais justos e equilibrados.

Trata-se de um processo construído coletivamente, que caminha a passos lentos, cujos protagonistas são indubitavelmente os cidadãos.

Usualmente, segundo Souza (2006), quando nos referimos ao “desenvolvimento”, ainda o tomamos como sinônimo de *desenvolvimento econômico*, ou seja, a modernização da sociedade, em sentido capitalista e ocidental, é o que se entende por desenvolvimento, cujas questões sobre os problemas ecológicos e sociais não são capazes de destronar essa ideologia capitalista.

Como trata Veiga (2006), somente existe desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, como ter uma vida longa e saudável, ser

instruído, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade.

As pessoas são a verdadeira riqueza de uma região, e o objetivo básico do desenvolvimento é alargar e expandir as liberdades humanas, ampliando as possibilidades de escolhas que as pessoas têm para viver vidas plenas e criativas. Esse processo deve beneficiar equitativamente todos os indivíduos. Além disso, ele deve basear-se na participação de todos os envolvidos.

O autor ainda completa que ninguém duvida que o crescimento seja um fator muito importante para o desenvolvimento, mas que não se deve esquecer que, no crescimento, a mudança é quantitativa, enquanto que no desenvolvimento ela é qualitativa. Os dois estão intimamente ligados, mas não são a mesma coisa. E sob vários prismas a expansão econômica chega a ser bem mais intrigante que o desenvolvimento.

Alguns autores acrescentam que vivemos em um mundo de privação, destituição e opressão extraordinárias. Segundo Sen (2000), ainda convivemos com problemas como a persistência da pobreza e das necessidades essenciais não satisfeitas, fomes coletivas e crônicas muito disseminadas, violação de liberdades políticas elementares e de liberdades formais básicas, ampla negligência diante dos interesses e da condição de agente das mulheres e ameaças cada vez mais graves ao nosso meio ambiente e à sustentabilidade de nossa vida econômica e social.

Para este autor, a superação desses problemas é uma parte central do processo de desenvolvimento. O desenvolvimento deve ser entendido como uma mudança social positiva, ou seja, uma mudança para melhor, pois um “desenvolvimento” que traga efeitos colaterais sérios não é legítimo e, portanto, não deve ser chamado como tal.

Souza (2006) complementa que um autêntico processo de desenvolvimento socioespacial leva em consideração uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social.

Segundo Morais, Silva e Medeiros (2007), a cidade, enquanto meio ambiente construído, se realiza quando consegue cumprir a sua função social, quer ela seja da propriedade e sustentabilidade urbana, quer seja da gestão democrática e participativa.

Segundo Nunes (2011), a cidade deve ser interativa, totalmente integrada a um projeto de desenvolvimento sustentável, com investimentos na educação, cultura, esportes e outros. Cada habitante da cidade deve se tornar um personagem atuante no dia a dia, consciente das responsabilidades e das potencialidades com relação à preservação cultural e ambiental, aos espaços culturais, ao desenvolvimento

econômico e, principalmente, ao comprometimento com o futuro da cidade perante as próximas gerações.

Em se tratando de mobilidade urbana, segundo Vasconcellos (2012), principalmente nas sociedades com grandes diferenças sociais e econômicas, percebe-se que a apropriação integral das vias apenas é possível para aquelas pessoas com recursos variados, financeiros e de transporte. Sob o ponto de vista sociológico, as vias não são meios coletivos de consumo, a menos que sejam garantidas as condições adequadas de mobilidade e acessibilidade aos idosos, aos deficientes físicos, aos pobres, às crianças e para a maioria da população rural.

Como contribuição, Canepa (2007) acrescenta que a interferência exercida pela superpopulação na sustentabilidade é enorme, tendo em vista a grande necessidade de implementação de políticas públicas orientadas para tornar as cidades social e ambientalmente sustentáveis, como forma de garantir mudanças que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais nos quais se sustentam as comunidades urbanas.

Pode-se dizer que o desenvolvimento urbano sustentável, segundo os preceitos de Canepa (2007), será alcançado por meio de uma re(ordenação) do espaço urbano a partir de princípios básicos fundamentados no direito à sadia qualidade de vida, na administração democrática das cidades e na função social destas e da propriedade, juntamente com a adoção de mecanismos que incluam, no mínimo, a manutenção dos atuais estoques de recursos para as gerações futuras. Os problemas das cidades grandes não nascem nas cidades grandes: a maior parte da sua excessiva população vem composta de pessoas que perderam suas raízes. E são estas que devem ser restabelecidas.

A questão do metabolismo urbano tem sérias implicações no ambiente natural das cidades, com suas demandas cada vez mais expressivas de água e energia, os problemas da eliminação de resíduos e seus impactos no meio ambiente, a impermeabilização dos solos, os edifícios doentes, a emissão de gases causadores do efeito estufa, produtos nocivos à camada de ozônio, ilhas de calor, entre outros.

A construção de um novo projeto modelo para a cidade deve ser repensada. Segundo Acselrad (2001 *apud* BARBOSA; NASCIMENTO JUNIOR, 2009), a sustentabilidade trouxe uma nova crença destinada a substituir a ideia de progresso. Deve-se partir para um desenvolvimento centrado no povo, mobilizando a sociedade civil para a transformação das instituições da sociedade dominante.

A cidade de Criciúma possui muitas características que a deixam muito distante de ser considerada uma cidade sustentável. Dentre as desconexões que o município apresenta, Oliveira e Milioli (2014) citam

algumas, como o fato de o alimento vir de recursos naturais de outras regiões; a água disponibilizada pela cidade não ser aquela que cai sobre ela mesma, ou seja, também vem de outro município; o automóvel ser muito mais valorizado do que o pedestre; o solo urbano ser basicamente impermeável, proporcionando enchentes e aumentando as temperaturas, dentre outros.

3.5 PSICOLOGIA AMBIENTAL

A degradação da biosfera, que vem acontecendo a longo tempo, por razões já descritas no decorrer deste trabalho, vem acompanhada da própria degradação humana.

Segundo Gonçalves (2008), as consequências nos ecossistemas acabam interferindo de forma violenta o modo de vida das pessoas, produzindo um desequilíbrio psicossocial que reflete no processo de produção da subjetividade, situação que pode ser observada no município de Criciúma, onde existe um conflito socioambiental estabelecido pela exploração do carvão na região e as perdas socioambientais decorrentes dessa atividade econômica.

O papel do ambiente na conformação do comportamento humano sempre foi pauta para especialistas do comportamento, como psicólogos e cientistas sociais. O ambiente físico no seu sentido mais amplo compreende tudo o que rodeia uma pessoa. Em especial atendimento à Psicologia Ambiental³, de particular interesse tem sido o relacionamento existente entre o comportamento do homem e as características do ambiente físico, tais como os espaços das construções nas quais ocorre o comportamento, a relação entre os diversos tipos de moradia e o comportamento, a maneira como as características de um projeto podem afetar o comportamento e os efeitos da vida urbana sobre o mesmo. As mudanças no ambiente, também criadas pelo homem, deram origem à poluição, à superpopulação e a muitas consequências indesejáveis sobre o comportamento humano, que também são de interesse de estudo da Psicologia Ambiental (HEIMSTRA, 1978).

As relações entre o comportamento humano estão inter-relacionadas com os atributos do seu ambiente físico. Segundo Wohlwill (1970 *apud* HEIMSTRA, 1978), determinado comportamento ocorre em um contexto específico do ambiente. Esse contexto impõe restrições fundamentais sobre as espécies de comportamento que nele podem

³ A partir daqui, em alguns trechos desta pesquisa, a palavra Psicologia Ambiental aparecerá abreviada (PA).

ocorrer; de certa maneira podendo ocorrer através de três formas de relacionamento: o ambiente determina a classe de comportamento que nele pode ocorrer, ou determinadas qualidades associadas a um ambiente particular podem ter um amplo efeito sobre o comportamento e a personalidade do indivíduo, ou, ainda, o ambiente pode servir como força motivadora para o ser humano.

As cidades são consideradas como o ambiente construído que mais influencia o comportamento humano. Heimstra (1978) acrescenta que o indivíduo que vive na cidade fica exposto a uma série variada de características ambientais, a qual possibilita a ocorrência de alguns tipos de comportamento e restringe outros. Essa situação pode ser entendida pelo fato de os habitantes de uma cidade possuírem uma população geralmente heterogênea, diferenciando-se nas questões econômicas, educacionais e motivacionais. Além disso, muitas características do ambiente urbano acabam contribuindo para a insatisfação com relação à vida na cidade, os chamados problemas urbanos, tais como a alta densidade populacional, a falta de espaço, o crime, a violência, as habitações precárias, dentre outros.

Dentro da PA, o ambiente urbano pode ser considerado um ambiente que favorece o surgimento do *stress*, pois a nossa sociedade urbana, cada vez mais complexa, contribui com os causadores desse mal.

Para Heimstra (1978), tanto os problemas sociais básicos como os fatores ambientais são causadores de *stress*. Como exemplos de causadores de *stress* urbano podem ser citados a poluição do ar, da água e sonora; a falta de espaço; a pobreza urbana; a deterioração educacional; os serviços de saúde inadequados; os crimes; a discriminação racial e muitos outros.

Segundo Gonçalves (2008), uma das contribuições da Psicologia Ambiental para as questões ambientais é a forma de apropriação do espaço urbano, em que o ser humano acaba se projetando sobre o espaço de que se apropria, cria uma identificação com o mesmo, um sentimento de pertença, que vai refletir no modo de vida daqueles que o habitam. Nessa perspectiva de agir sobre o entorno, a pessoa e a comunidade vão transformando o espaço, deixando nele suas marcas, dotando o espaço de significados e o incorporando em seus processos cognitivos e afetivos.

A PA vem dar uma grande contribuição para a compreensão dessa relação da pessoa com o seu entorno sociofísico. O estudo da PA feito por Nazário (2009) sobre ambiente verticalizado traz uma compreensão da construção da subjetividade em espaços densos, como

os edifícios multifamiliares. Esse estudo mostra que a verticalização, de certo modo, interfere negativamente na qualidade de vida das pessoas que ali residem.

A PA tem como objeto de estudo o homem em seu contexto físico e social, buscando, segundo Günther, Pinheiro e Guzzo (2006), as inter-relações entre o homem e o seu ambiente. Ela atribui importância às percepções, avaliações e atitudes, interessando-se pelos efeitos das condições do ambiente sobre o comportamento individual tanto quanto o indivíduo percebe e atua em seu entorno. É uma forma de analisar as percepções, atitudes e comportamentos tanto de indivíduos quanto de comunidades em estreitas relações com o seu contexto físico e social.

A interação entre a pessoa e o meio ambiente é inevitável, pois como percebemos, o espaço físico circundante é o meio onde se assentam os espaços culturais, onde o indivíduo vive e constrói a sua subjetividade. A relação entre pessoa/sociedade/meio ambiente vem apresentada, na maioria das vezes, por uma dimensão vivenciada e simbólica referida por meio de tratados sobre qualidade de vida, bem-estar social e comunidade e também nos relativos à percepção e à valorização da paisagem.

Para Gonçalves (2007), o ambiente é considerado a vivência concreta do sujeito, no qual ele trabalha, constrói sua casa, faz sua poética, constrói laços e apega-se àquele lugar, sentindo-se pertencente a ele; o espaço não significa apenas o meio físico circundante, vai além, assumindo uma dimensão sociocultural que o sujeito internaliza e representa. Esse simbolismo relacionado ao espaço aparece ligado ao sentimento de pertença, de apropriação do espaço como processo de identificação, um agente transformador, pois mediante a ação sobre o entorno, a pessoa e a comunidade transformam o espaço, deixam suas marcas e o incorporam a seus processos cognitivo e afetivo.

De forma a corroborar com a discussão, Proshansky (1976 *apud* GONÇALVES, 2007) afirma que o lugar tem um significado para o sujeito que o incorpora à própria identidade, ou seja, a identidade do “eu”. O significado da identidade de lugar é um componente específico do próprio “eu” do sujeito, forjado por meio de um complexo processo de ideias conscientes e inconscientes, sentimentos, valores, objetivos, preferências, habilidades e tendências.

A PA possui muitas possibilidades de atuação. Segundo Nazário (2010), pode abranger temas como os conflitos territoriais, os desastres ambientais, a mobilidade urbana, o comportamento pró-ambiental, os reassentamentos populacionais, os estudos e relatórios de impacto ambiental, dentre outros.

Um tema de extrema importância para a PA é o espaço físico, que inclui a temporalidade, visto ser por meio da sua história no espaço que o indivíduo constrói sua identidade de lugar. Nesse ponto, a PA resguarda a importância das pessoas amarem o local onde vivem, de forma a se tornarem cidadãos comprometidos com a melhoria e conservação desse ambiente.

Em se tratando do estudo de cidades, a autora complementa que o foco da PA está nos ambientes construídos que precisam ser projetados de forma a exercerem uma função social eficiente, percebendo se os ambientes estão servindo para o homem desenvolver suas atividades plenamente, de modo a construírem uma identidade sadia, ou se estão projetados sem uma visão adequada, contribuindo para o desenvolvimento e agravamento de doenças físicas e psicológicas.

A PA não possui um passado muito longo e pode ser datada da década de 1960, mas com relação ao seu futuro, ela denota uma ativa preocupação. Para Tassara e Rabinovich (2003), ao final dos anos de 1980, vários estudiosos já se debruçavam sobre a constituição da PA em seus respectivos países.

A PA leva em conta o ambiente em pesquisa, relacionando-o, principalmente, a dois modos: como é o significado percebido ou atribuído ao ambiente por uma pessoa (exemplo: dirigir um carro próprio *versus* utilizar um transporte público); o estudo do comportamento espacial manifestado por pessoas em determinados lugares (exemplos: crianças em um *playground*, pessoas utilizando jardins ou parques) (KRUSE, 2005).

Ainda segundo estes autores, o ambiente é caracterizado pelo entorno subjetivamente significativo de um indivíduo ou grupo, podendo ser ainda de forma mais ampla algo que de maneira real ou potencial tem um efeito sobre uma pessoa ou grupo e também um espaço de ação.

O modelo de sociedade baseado no consumo de grande escala, desenvolvimento tecnológico e exploração dos recursos naturais provoca profundos desequilíbrios em micro e macro escala. Para Corraliza (1997 *apud* PINHEIRO, 1997), se levarmos em conta que os comportamentos das pessoas agravam e provocam os problemas ambientais e, principalmente, que essas mesmas alterações ambientais, por sua vez, irão interferir na qualidade de vida dessas mesmas pessoas, podemos concluir que esses problemas são, na verdade, problemas da humanidade.

A Psicologia Ambiental, mesmo tendo desde as primeiras formulações desse campo a reciprocidade das inter-relações pessoa-

ambiente, vê que a maioria dos temas de estudo diz respeito à influência do ambiente sobre as pessoas. Isso se deve, segundo Pinheiro (1997), ao fato de na tradição psicológica sempre ter havido muito maior atenção à ação do ambiente sobre a pessoa do que o contrário. Mas, especialmente a partir da década de 80, também de forma a tentar responder aos anseios estabelecidos com relação aos problemas ambientais, a PA passa a considerar mais enfaticamente a ação das pessoas sobre os ambientes e a pessoa não mais reage apenas aos ambientes, como também os conforma e atua neles em função de planos, objetivos, intenções, preferências, expectativas etc.

Quando se estuda a percepção do ambiente urbano por meio das pesquisas diretamente aplicadas aos próprios moradores que usufruem da cidade, está se utilizando de uma ferramenta indispensável para que se possa compreender as relações existentes entre o ser humano e a natureza, além de contribuir para planejar corretamente a dinâmica de uma cidade como forma de oferecer aos seus moradores uma melhor qualidade de vida.

3.5.1 A Psicologia da Percepção e a Percepção Ambiental

A sociedade – e suas relações com a natureza – está em constante evolução: mudam os costumes das pessoas, as suas formas de pensar sobre as coisas e sobre o mundo. Altera-se, assim, o mundo, que acaba se modelando de acordo com as novas necessidades dos presentes, novas relações entre os componentes e entre as paisagens, fazendo com que desponham novas paisagens em detrimento de outras que vão desaparecendo (PAULA; SILVA; GOYAREB, 2014).

Podemos observar que o ambiente urbano é resultado da interação da natureza e da sociedade na cidade. Dentro da cidade está representado um somatório entre o relevo, o ar, a água, a vegetação e o solo, enquanto na sociedade temos um composto que passa pela habitação, indústria, comércio, serviços, transporte e lazer, configurando-se, assim, essa complexa interação que é o ambiente urbano (SANTOS; PINTO, 2010).

A espécie humana constantemente age sobre o meio ambiente, seja ele natural ou construído, com o intuito de atender às suas necessidades. Todas essas ações humanas geram respostas emocionais e interferem em nossa própria satisfação psicológica com o meio ambiente; conseqüentemente, cada indivíduo percebe, reage e responde de forma diferenciada. Suas manifestações e respostas são resultantes

das percepções de cada um, ou seja, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas (NAIME; GARCIA, 2004).

Dentro da psicologia, o conceito de percepção é o mais amplo possível. A psicologia situaria nossas preocupações dentro do escopo da cognição: processo mental mediante o qual, a partir do interesse e da necessidade, estruturamos e organizamos nossa interface com a realidade e o mundo, selecionando as informações percebidas, armazenando-as e conferindo-lhes significado (DEL RIO; OLIVEIRA, 1999).

Ribeiro (2004 *apud* SANTOS; PINTO, 2010) enfatiza a discussão em torno do conceito de percepção, afirmando que o ato de perceber não é um ato dependente apenas do ambiente em si, pois o que o indivíduo percebe nem sempre é o que o ambiente é, mas o que os seus sentidos apreendem a partir de seu filtro cultural. Dessa forma, a percepção envolve a vida social, isso é, os significados e os valores das coisas percebidas decorrem de nossa sociedade e do modo como nela as coisas e as pessoas recebem valor ou função, por isso os indivíduos sentem e percebem formas, totalidades estruturadas dotadas de significação diante da realidade vivenciada pelos mesmos.

A natureza humana dotou os seres com a mesma capacidade sensorial e perceptiva para sentir, compreender e experienciar a realidade além do seu corpo. A compreensão da experiência perceptiva é que difere de pessoa para pessoa no tempo e no espaço.

A limitação sensorial e perceptiva do ser humano é uma determinação genética. Por mais adversas que sejam as nossas percepções, sempre tenderemos a percebê-las de uma forma muito rápida e circunstancial, por estarmos ligados a uma cultura e à sociedade ou a elementos de um ambiente social e físico. Todo habitante tem uma parte percebida do meio urbano e, provavelmente, uma idiossincrasia do meio sobre o qual vive. A partir da complexidade perceptiva e da constante variação da imagem ambiental, os nossos sentidos também são afetados de várias formas. Em um ambiente onde a capacidade de mudança é muito grande, a visão, sem dúvida, é o sentido mais utilizado (ADDISON, 2003).

A percepção do mundo é feita através de todos os sentidos, que variam conforme os contextos nos quais as pessoas estão inseridas. O mundo percebido pelos olhos é puramente uma relação com o objeto. A percepção e a imagem são dinâmicas no tempo e no espaço, a compreensão do meio urbano muda concomitantemente com a idade, sexo, educação, cultura, erudição, classe social, economia, política,

religião, individualidade, preferências, atitudes, valores e atribuições do meio ambiente (ADDISON, 2003).

O campo da psicologia da percepção, voltado para a interpretação da realidade, tem sua grande importância, pois, segundo Del Rio e Oliveira (1999), cada um de nós possui sua visão de mundo, que não pode ser objetiva e sim composta de um conjunto de realidades subjetivas – as imagens que formamos mentalmente sobre o mundo vivido. Os significados, sistemas de valores e interpretações dependem de uma série de fatores, sejam eles sociais ou inerentes ao próprio indivíduo. Cullen (1983, p. 14), em seus escritos sobre a paisagem urbana, complementa que “o homem tem em todos os momentos a percepção da sua posição relativa, sente a necessidade de se identificar com o local em que se encontra, e esse sentido de identificação, por outro lado, está ligado à percepção de todo o espaço circundante”.

A percepção constitui o substrato que é capaz de nortear a formação de visões de mundo e de atitudes individuais. Segundo Tuan (1980 *apud* MILIOLI, 1995), cada indivíduo acaba refletindo o papel da sua cultura no condicionamento da percepção que tem do meio onde cada avaliação pessoal fica sujeita à luz de diferentes experiências existenciais, antecedentes socioeconômicos e aspirações. Dessa forma, completa o autor, a identificação emocional de uma pessoa com o meio é compreendida por um ângulo sistêmico, que engloba as inter-relações entre a herança biológica de cada um, a sua educação, a sua inserção no mundo do trabalho e também a sua bagagem cultural.

Ferrara (1999 *apud* MELAZO, 2005) afirma que a linguagem ambiental e a percepção que dela têm os usuários de um local têm sua existência identificada pela observação que capta e registra as imagens e as associa inferencialmente. Em contrapartida, a rápida transformação que constitui o signo por excelência da cidade moderna relativiza em curto espaço de tempo aquelas imagens.

O estudo da percepção ambiental é fundamental para que possamos compreender as relações entre o meio social e a natureza, expectativas, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas da sociedade. Cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente, sendo suas respostas ou manifestações resultantes das percepções, dos processos cognitivos, dos julgamentos e expectativas de cada um (FERNANDES, 2008; PALMA, 2005 *apud* TORRES; OLIVEIRA, 2008).

Melazo (2005) acrescenta que a Percepção Ambiental deve ser entendida como um processo participativo que envolve uma série de fatores sensoriais e subjetivos; valores sociais, culturais e atitudes

ambientais das comunidades residentes nas cidades em relação ao espaço natural e transformado.

A realização de estudos de percepção ambiental tem como objetivo possibilitar aos planejadores e gestores da cidade o conhecimento das expectativas da população envolvida, bem como de suas necessidades, além de descobrir de que forma os sujeitos percebem o ambiente em que vivem, a fim de contribuir de forma positiva para a elaboração de novos projetos urbanos que contemplem as aspirações dos moradores da cidade (DE PAULA; SILVA; GORAYEB, 2014).

Melazo (2005) entende que a Percepção Ambiental deve estar atenta e centrada nas inúmeras diferenças relacionadas às percepções e aos valores existentes entre os indivíduos que compõem o cenário de uma cidade. Dentro desse contexto, as diversas culturas, grupos socioeconômicos, desigualdades e realidades urbanas irão influenciar diretamente na análise da percepção que se tem em relação à conservação do meio natural.

As manifestações de insatisfação da população refletem seu descontentamento quanto ao ambiente construído das cidades, que acabam se revelando, muitas vezes, por meio de condutas agressivas em relação aos elementos físicos ou arquitetônicos da própria cidade. Podemos citar como exemplos mais simples os atos de vandalismo, depredação e quebra-quebras contra espaços públicos. Em outro plano, essas condutas são reforçadas pelo desconforto psicológico de cada um dos indivíduos, podendo ser expressas por meio da sensação de abandono, da dificuldade de concentração, da incapacidade de relacionar-se com os vizinhos, da saudade constante, do sentimento de isolamento, da tensão ou, ainda, de outras manifestações psicológicas (DEL RIO; OLIVEIRA, 1999).

As ações de planejamento de qualquer paisagem devem considerar um conhecimento prévio sobre as relações existentes entre a sociedade e a natureza, que acabam por viabilizar a resolução de grande parte dos conflitos ambientais e, conseqüentemente, a gestão desses espaços contemplarem resultados benéficos (DE PAULA; SILVA; GORAYEB, 2014).

3.5.2 O espaço urbano e as colaborações da Psicologia Ambiental

3.5.2.1 Espaço e Lugar

O significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. “Espaço” é mais abstrato que “lugar”. O que começa como espaço

indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. As ideias de espaço e lugar não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar, estamos cientes da amplitude, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa (YI FU TUAN, 1983).

Quando nos referimos ao espaço, como cita Gonçalves (2007), não podemos nos restringir à sua localização físico-geográfica apenas. Segundo a autora, o conceito de espaço se relaciona ao movimento da vida, e assim vai criando lugares. “[...] o espaço é recriado dentro de nós, que o imaginamos, simbolizamos, introjetamos e o projetamos ao mesmo tempo” (GONÇALVES, 2007, p. 66).

O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado. Os lugares íntimos são lugares onde encontramos carinho, onde nossas necessidades fundamentais são consideradas e merecem atenção. O lugar está associado à segurança enquanto o espaço à liberdade, e dentro disso, o ser humano necessita tanto de espaço quanto de lugar, pois estamos ligados ao lugar, mas desejamos também o espaço (YI FU TUAN, 1983).

De acordo com Gonçalves (2007), é nos lugares que o sujeito efetiva o processo de significação dentro do espaço; é nos lugares que o sujeito produz a sua subjetividade, onde ele mora, trabalha, passeia, onde ele se relaciona. O sujeito se apropria do espaço de alma e corpo inteiro, e assim, com o corpo, mente e sentimento, o indivíduo se torna sujeito.

Santos (1997, p. 71) contribui com a discussão sobre espaço e lugar ao afirmar que “o espaço seria um conjunto de objetos e relações que se realizam sobre esses objetos. O espaço é o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos próprios objetos naturais e artificiais”.

O lugar, ainda segundo Gonçalves (2007), possui características de ser algo concreto, específico, conhecido, familiar e delimitado. Para a autora, o lugar é o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estreitamente ligadas.

O homem habita os lugares por meio de seu corpo e de seus sentidos. Um espaço habitado não possui apenas um valor de uso para o morador. A porção do espaço apropriável para a vida é o lugar habitado pelo sujeito. O ato de morar/habitar tem a casa como centro e a partir dela se estende para o bairro, para as ruas, praças e toda a cidade. Usando como ponto de partida o lar, o homem vai marcando os lugares de sua vivência e suas relações com o outro. Os modos de uso são

capazes de definir quem mora ou habita determinado espaço/lugar, pois somente por meio da utilização constante de um espaço um homem cria vínculos e se apropria dos lugares (CARLOS, 2004).

3.5.2.2 A Identidade de Lugar

A cidade, palco da experiência cotidiana, não pode ser um cenário indiferente, apenas um pano de fundo de nossa existência. É nesse cenário que a vida das pessoas e seus projetos de felicidade se desenrolam, num espaço sedimentado de história, memória, desejos e esperanças (FRÚGOLI JUNIOR, 1995).

A identidade aplicada ao entorno físico e social leva em consideração que o homem se constitui no meio e através deste, e nesse sentido, esse entorno físico e social que é vivenciado pelo sujeito significa um componente fundamental para a construção da sua identidade (MOURÃO; CAVALCANTE, 2006).

O valor simbólico do espaço, que apreende as significações produzidas pela ação humana, nos remete a Proshanski *et al.* (1983 *apud* MOURÃO; CAVALCANTE, 2006) ao definir o sujeito por sua “identidade topológica” ou “situacional”. Esta se estabelece como uma reação ao ambiente físico, mediante um complexo de ideias, conscientes e inconscientes, de crenças, de preferências, de sentimentos, de valores, de comportamentos e atitudes que se relacionam com o ambiente de vida dos sujeitos.

Ainda segundo o autor, podemos destacar que:

A identidade de lugar é uma subestrutura da identidade profunda da pessoa e é constituída por cognições sobre o mundo físico, relativas à variedade e complexidade dos lugares nos quais ela vive e satisfaz suas necessidades biológicas, psicológicas, sociais e culturais (PROSHANSKI *et al.*, 1983 *apud* MOURÃO; CAVALCANTE, 2006, p. 146).

Proshanski *et al.* (1983 *apud* MOURÃO; CAVALCANTE, 2006) também destaca que o processo da identidade de lugar tem o seu aspecto instável, e isso se deve às mudanças nos cenários físicos para a capacidade de satisfazer necessidades e desejos, ou seja, “[...] o ideal interno de cenário físico do sujeito muda com o seu ciclo de vida; da mesma forma, o ambiente externo também se modifica, exigindo do

sujeito um novo esforço de apropriação, o que propicia uma nova transformação na sua identidade” (PROSHANSKI *et al.* 1983 *apud* MOURÃO; CAVALCANTE, 2006, p. 146).

3.5.2.3 Morar e Habitar

Da mesma maneira que diferenciamos espaço de lugar, ao falarmos em Morar e Habitar também podemos imprimir características peculiares a esses dois termos. Para Gonçalves (2002, p. 43), “Morar é ter uma relação funcional com o espaço, com a casa. Habitar é imprimir-lhe significado”. O que procuramos associar a essas palavras é que Habitar é dar um significado e assim ele se transforma em lugar. “Morar é estar localizado no espaço, ter um ponto de direção para o retorno todos os dias, depois de suas atividades de estudo, trabalho e lazer. Podemos morar durante anos em um determinado espaço e nunca habitá-lo verdadeiramente”. (NAZÁRIO, 2009, p. 73).

A necessidade que o homem tem da casa ultrapassa o plano concreto, ou seja, a casa representa para o homem muito mais que um espaço físico. É no abrigo e no acolhimento da casa que o homem se refaz, tanto fisicamente quanto psicologicamente, sente-se seguro em estar abrigado, é capaz de relaxar, de planejar sonhos, de encontrar-se consigo mesmo (GONÇALVES, 2009).

Quando nos remetemos a falar sobre a casa, não podemos nos fixar apenas na funcionalidade que ela nos remete com relação, principalmente, a abrigar o corpo, dormir, comer e se banhar. Segundo Valadares (2000), o significado de casa vai além daquela vista como funcional, pois os significados que imprimem a ela estão ligados ao fato de a casa abrigar o corpo, servir ao homem como um ambiente em que possa conviver e partilhar, bem como servir de espaço de interação, carregado de rituais, de significações, de símbolos e de partilha.

Gonçalves (2009) corroborando com os escritos de Valadares, acrescenta que a casa é uma questão complicada para o ser humano, justamente pelo fato de ela possuir esse caráter funcional na medida em que o homem realmente necessita de um abrigo concreto. Segundo a autora, a casa, além do funcional, possui uma dimensão simbólica, ou seja, “é o lugar onde ele fixa-se no espaço físico, desenvolve seu imaginário, produz sua subjetividade e constrói seus sonhos. É o abrigo, a proteção e a segurança” (GONÇALVES, 2009, p. 115).

A casa, segundo Gonçalves (2014), pode ser considerada um abrigo onde é possível nos expressarmos integralmente e sermos nós mesmos, pois é um espaço considerado particular e único para cada

pessoa, no qual nos sentimos protegidos e seguros dos perigos e ameaças que se encontram no lado de fora. Ainda segundo a autora, “a casa fornece indícios dos valores, dos desejos e do que nos deixaria feliz, além de ser tão essencial ao nosso bem-estar físico e psicológico” (GONÇALVES, 2014, p. 88).

É importante destacar, segundo Gonçalves (2009), que apesar do valor que os significados da casa atribuem ao homem, visto que cada pessoa tem a necessidade de um espaço privado e íntimo para si, percebe-se que o homem também carece da relação com o outro, e para isso, simbolicamente, o espaço da rua é o lugar do outro.

A casa e o seu redor compõem um espaço onde, segundo Gonçalves (2009), as pessoas se relacionam de uma maneira satisfatória de tal forma, que isso favorece o cultivo de valores éticos e de solidariedade. A casa funciona como elo com a rua, com o espaço externo, fazendo assim uma conexão entre os espaços.

A casa é vista como o lugar mais íntimo do sujeito. Segundo Gonçalves (2009), é o espaço que o homem se apodera de corpo e alma. A apropriação do espaço da casa, para o homem, envolve o compromisso do sujeito de adequá-la conforme as suas necessidades que podem ser tanto materiais (conforto) quanto imateriais (lugar da significação, da expressão dos sentidos e da dimensão simbólica).

3.5.2.4 No entorno da morada

O planejamento urbano, segundo Gonçalves (2007), determina onde devem ficar localizadas dentro do espaço urbano da cidade as residências dos ricos, dos pobres, as indústrias, o comércio, enfim, setoriza as funções para cada subdivisão do espaço geográfico. Mas, segundo a autora, não se observa hoje em dia a preocupação com o lugar onde irão ficar as praças, os parques, os espaços de cultura, de arte, ou seja, os lugares de expressão tanto individual quanto coletiva, que ficaram suprimidos e, muitas vezes, tornaram-se sinônimos de espaços sem importância, ficando à mercê dos perigos.

A tendência observada hoje é que os espaços urbanos são destinados mais à troca – o que significa que a apropriação e os modos de uso tendem a se subordinar cada vez mais ao mercado, ficando o lazer das pessoas restrito a lugares vigiados, normatizados e privatizados. Essa é a consequência da pressão do valor de troca sobre o valor de uso, ou seja, o espaço se reproduz no mundo moderno, alavancado pela tendência que o transforma em mercadoria, limitando seu uso às formas de apropriação privada (CARLOS, 2001).

Os espaços públicos, as ruas e as praças sofreram e ainda sofrem transformações consideráveis com o aumento populacional e esse novo ritmo de circulação dos cidadãos. A paisagem urbana das grandes cidades se reconfigura num cenário irreversível, onde os espaços públicos são alvo de intensas intervenções urbanas, visando priorizar o fluxo de pessoas. As praças tradicionais – tomadas de uma sociabilidade circunscrita e reconhecível –, foram perdendo força enquanto centros da vida urbana, dando surgimento a um novo fenômeno advindo da Revolução Industrial, caracterizado pelas multidões, dentro das quais o estranhamento e a imprevisibilidade passaram a ser dominantes (FRÚGOLI JUNIOR, 1995).

O espaço público, fundamentalmente, é o espaço do encontro de pessoas, da visibilidade de ações. Ele tem sentido enquanto transmite possibilidades de apropriações múltiplas, funcionando como lugar de encontros-desencontros. É também o lugar da comunicação, do diálogo, de morar, de brincar, de namorar, de se expor, de conversar, de reivindicar. Produz uma visibilidade que cria identidades – uma identidade que humaniza as relações por meio de laços de convivência e da sensação de pertencimento (CARLOS, 2001).

A rua, segundo Carlos (2001), é um espaço que, contraditoriamente, une e separa; é o universo da impessoalidade e do anonimato, o qual revela formas sociais por meio dos cheios e vazios. Os usos da rua, que são marcados pelas formas de apropriação diferenciadas, são momentos privilegiados para o entendimento de como se organiza a sociedade por meio de seus hábitos e costumes, pois a rua é a construção de caminhos que, juntamente com a morada, criam o quadro por onde se desenrola a vida (CARLOS, 2001).

O processo de reprodução do espacial se articula ao plano da reprodução da vida, o que significa levar em consideração o ponto de vista do habitante, para quem o espaço se reproduz enquanto lugar onde se desenrola a vida em todas as suas dimensões – o habitar e tudo que ele implica e/ou revela (CARLOS, 2001, p. 65).

O modernismo vem priorizar a segmentação e a funcionalidade do traçado urbano, em que a modernidade residira na capacidade de produzir uma circulação motorizada, em detrimento dos antigos centros de referência como as praças (FRÚGOLI JUNIOR, 1995).

Os edifícios tendem a articular-se em um universo de práticas e representações que visam criar um espaço à parte na cidade, representando uma nítida seletividade social (FRÚGOLI JUNIOR, 1995). Ainda segundo o autor, as estratégias de segurança desses espaços acabam transformando a experiência da vida pública na cidade, pois alteram os hábitos de circulação, trajetórias e movimentos relacionados ao uso cotidiano das ruas. Os padrões de interação pública seriam marcados cada vez mais pela tensão, discriminação e suspeita, transformando de maneira geral o espaço público abandonado à popularização e deterioração, sendo este cada vez menos utilizado pelas classes de maior poder aquisitivo que buscam locais privatizados para estabelecer suas relações sociais básicas.

O que está ocorrendo é uma racionalização da vida urbana, com predominância de traços como mobilidade, fluxo, deslocamento, organicidade, funcionalidade. A realização dessas formas específicas de modernização urbana aprofunda de um modo geral as diferenças sociais, deteriora o espaço público, privilegia a privatização, acentua as exclusões sociais, cria uma cidade apartada, restrita, apontando uma redução considerável da diversidade e heterogeneidade dos espaços de interação social interclasses (FRÚGOLI JUNIOR, 1995).

A moradia em espaços reduzidos, a restrição do contato da natureza, a convivência com o barulho, o fato de cumprir normas e regulamentos urbanos, a competitividade para sobrevivência financeira e a adoção de práticas de segurança são apenas algumas modificações que o ser humano teve que criar e suportar para viver como cidadão (CARVALHO, 2008).

Dentre as mudanças mais sentidas pelos cidadãos, seja o fato de ter que lidar com a fluidez e os contrastes típicos do ambiente urbano, o habitante da cidade criou para si uma estratégia de autodefesa, pela qual passou a reagir em seu novo habitat não com os sentimentos, mas com a razão, tornando-se indiferente a qualquer realidade individual adversa da sua ou, de maneira mais ampla, a quaisquer relações e reações alheias (CARVALHO, 2008).

A cidade em si tem sido concebida como uma grande aglomeração, tenuamente organizada, de seres desconhecidos entre si, como se o contato e o encontro fossem anular a intimidade necessária à sua preservação e destruir a sociedade. Paralelamente a isso, nossa identidade social existe em função do espaço onde nascemos e vivemos (CARVALHO, 2008).

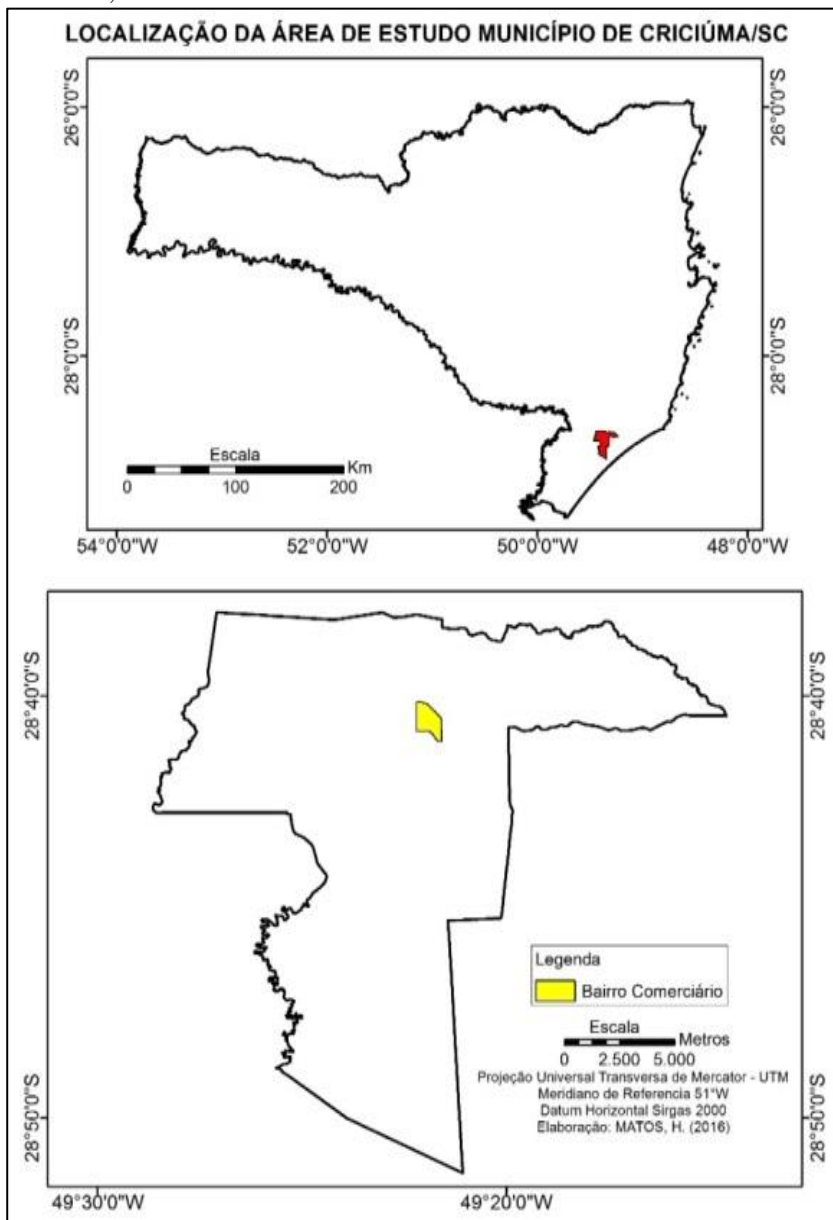
4 METODOLOGIA

4.1 APRESENTAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA

O bairro Comerciário, localizado nas proximidades da área central do município de Criciúma, foi o bairro escolhido para ser o objeto do presente estudo. A opção por esse bairro se deu pelo fato dele possuir uma intensa verticalização e, devido a isso, ser capaz de colaborar para os estudos de percepção dos moradores de áreas verticalizadas.

Na figura abaixo (Figura 2), está representado o mapa de localização do município de Criciúma, dentro do estado de Santa Catarina, e o bairro Comerciário, local escolhido para ser o objeto deste estudo.

Figura 2 – Mapa identificando a área de estudo dentro do município de Criciúma, SC.



Fonte: elaborado pela autora (2015).

O processo de ocupação do bairro Comerciário foi impulsionado pela construção do estádio Heriberto Hülse, em 1955, pertencente ao Comerciário Esporte Clube – surgindo depois o nome do bairro – e pela Escola de Educação Básica Engº Sebastião Toledo dos Santos, popularmente conhecida como “Colegião”, que também foi responsável por atrair futuros moradores para o local. Mas foi em 1970, com a retirada da estrada de ferro, que se manifestou a valorização imobiliária dos bairros Comerciário e Michel (bairros vizinhos), pois até então eles se desenvolviam devagar e os imóveis não possuíam valor de uso (NASCIMENTO, 2004).

Devido à implantação da estrada de ferro que cortou a cidade na direção leste-oeste, esse bairro ficou grande parte do tempo sujeito a uma região agrícola sem muita importância tanto para o comércio quanto para a agricultura. A estrada de ferro tanto contribuiu para a formação do centro da cidade como funcionou como um divisor da região em duas áreas distintas: a área da parte central ao norte dos trilhos ficou ocupada por moradores e comerciantes de renda mais elevada, tornando-se desenvolvida e valorizada; o que não aconteceu com o lado sul, que acabou sendo ocupado pelos mais pobres e foi pouco valorizado (NASCIMENTO, 2004).

No mesmo período da retirada da estrada de ferro, inicia-se, então, o processo de verticalização, o qual foi impulsionado pelo interesse do capital especulativo. A paisagem urbana da cidade de Criciúma sofreu uma inversão, passando da horizontalidade à verticalidade. Nesse momento, a cidade antiga é substituída pela nova, é a construção da cidade sobre a cidade. Muitas residências unifamiliares centenárias são substituídas por edifícios de mais de dez pavimentos. “É a aniquilação do ambiente construído, quando a história é deixada em segundo plano e a memória da cidade e das pessoas é esquecida.” (BALTHAZAR; PIMENTA, 2005, p. 223).

A retirada da Ferrovia teve grande e decisivo impacto na valorização imobiliária e no desenvolvimento dos bairros Comerciário e Michel (bairro vizinho do anterior). Estes desenvolviam muito lentamente devido ao fato da cidade ser dividida por uma ferrovia. Isto fazia com que a transposição do centro para estes bairros fosse sempre dificultada. Desta forma, este lado da cidade crescia mais lentamente e a valorização dos imóveis destes bairros até então

não acontecia. (BALTHAZAR; PIMENTA, 2005).

Mesmo esse bairro não sendo pioneiro na verticalização no município – pois os três edifícios que marcaram o processo de verticalização na cidade foram o Comasa, o União Turismo Hotel e o Cavaller, que ficam localizados no centro da cidade –, ele apresenta a maior concentração de edifícios nos dias de hoje. Segundo os dados do IBGE (2010), é um bairro considerado populoso, pois concentra muitos edifícios residenciais numa área considerada pequena onde o capital especulativo se disseminou com mais abrangência (BALTHAZAR; PIMENTA, 2005).

A ocupação tardia do bairro Comerciário, como mencionado, por si só não levaria a uma verticalização acelerada do local. Para tanto, leva-se em consideração um misto de fatores, dentre eles a proximidade com o centro, os terrenos mais baratos e o fato de o gabarito estabelecido pelo plano diretor ser um dos mais altos em relação à maioria das regiões de Criciúma, por não ter sido uma área minerada (NASCIMENTO, 2004).

A Figura 3 nos mostra o perfil de apenas quatro das ruas existentes no bairro Comerciário, no qual podemos perceber a grande quantidade de edifícios residenciais existentes na área.

Figura 3 – Imagens de algumas ruas do bairro Comerciário, em Criciúma, as quais caracterizam sua verticalização.



Fonte: acervo da autora (2015).

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa pode ser definida como uma pesquisa qualitativa, pois nos ajuda a compreender e explicar o fenômeno social com o menor afastamento possível do ambiente natural.

A pesquisa classificada como qualitativa, segundo Vianna (2001), não prioriza a apresentação dos resultados mediante dados numéricos ou estatísticos, nos quais a compreensão da realidade estudada é analisada a partir de dados descritivos. A pesquisa qualitativa, na visão de Minayo e Deslandes (1994), preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com um universo de “significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos a variáveis (MINAYO; DESLANDES, 1994, p. 22-23).

Como destaca Merriam (2002 *apud* GODOI; BANDEIRA-DE-MELLO; SILVA, 2006), a pesquisa qualitativa ainda apresenta algumas características:

[...] o ambiente natural como sua fonte direta de dados; a preocupação-chave é a compreensão do fenômeno a partir da perspectiva dos participantes, e não dos pesquisadores; o pesquisador é um instrumento primário para a coleta e análise de dados; supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada; focaliza processos, significados e compreensões; o produto do estudo qualitativo é ricamente descritivo.

Dentre as diversas formas que uma pesquisa qualitativa pode assumir, esta utilizará o estudo de caso, caracterizado, segundo Goode e Hatt (1968 *apud* GODOI; BANDEIRA-DE-MELLO; SILVA, 2006), como “um método de olhar a realidade social” ou

[...] um meio de organizar os dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado [...] uma abordagem que considera qualquer unidade social como um todo [...] e inclui o desenvolvimento dessa unidade, que pode ser uma pessoa, uma família ou outro grupo social, um conjunto de relações ou processos [...] ou mesmo toda uma cultura. (GOODE; HATT,

1968 *apud* GODOI; BANDEIRA-DE-MELLO; SILVA 2006, p. 422).

O estudo de caso deve estar centrado em uma situação ou evento particular, em que a importância vem justamente do que esse estudo revela sobre o objeto da investigação. Essa característica específica torna o estudo de caso especialmente adequado quando se pretende focar problemas práticos decorrentes das intrincadas situações individuais e sociais presentes nas atividades e interações cotidianas (GODOI; BANDEIRA-DE-MELLO; SILVA, 2006).

Mesmo que esse tipo de estudo se concentre na maneira como uma pessoa ou grupo de pessoas trata determinados problemas, é importante ter uma visão holística sobre a situação. Como complementam Feagin, Orum e Sjoberg (1991 *apud* GODOI; BANDEIRA-DE-MELLO; SILVA, 2006, p. 121), “busca-se não somente examinar a situação na qual as pessoas estão envolvidas, mas também o impacto de suas crenças e decisões na complexa trama de interações sociais que estão no seu entorno”.

Com relação às técnicas de pesquisa, este estudo contemplará o levantamento dos dados por meio tanto de documentação indireta – por realizar uma pesquisa bibliográfica – quanto por documentação direta – por se tratar de uma pesquisa de campo.

Com relação à pesquisa bibliográfica ou secundária, como pode ser chamada, esta se caracteriza por abranger toda uma bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, podendo ser buscada em diversas fontes, como livros, monografias, teses, artigos científicos, dentre outros. Nesta pesquisa, voltou-se a busca bibliográfica para um maior conhecimento das palavras-chave que nortearam o seu desenvolvimento, como os temas que envolvem a urbanização das cidades, o planejamento urbano, os planos diretores, a psicologia ambiental e a percepção ambiental. Segundo Lakatos e Marconi (2001), a finalidade da pesquisa é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que já foi mencionado ou revelado sobre aquele determinado assunto.

A pesquisa de campo consiste na “observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes para analisá-los” (TRUJILLO, 1982 *apud* LAKATOS; MARCONI, 2001). Ela é utilizada com o objetivo de conseguir informações ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda,

descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (LAKATOS; MARCONI, 2001).

O tipo de pesquisa de campo utilizado no estudo é o que possui como característica o caráter exploratório. Segundo Lakatos e Marconi (2001), o objetivo do estudo exploratório é a formulação de questões ou de um problema com a finalidade de desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, ou modificar e clarificar conceitos. Dentro desse tipo de estudo pode ser utilizada uma variedade de procedimentos de coleta de dados, como a observação participante, o questionário, a análise de conteúdo e, no caso deste estudo, a entrevista.

A entrevista pode ser definida como um encontro entre duas pessoas (pesquisador e pesquisado), com o objetivo de que o pesquisador obtenha informações a respeito do assunto determinado, mediante uma conversação de natureza profissional (LAKATOS; MARCONI, 2001). A técnica de coleta de dados a ser utilizada neste trabalho será a entrevista semiestruturada, pois ela, segundo Triviños (1987), ao mesmo tempo que valoriza a presença do pesquisador, oferece todas as alternativas possíveis para que o entrevistado alcance a espontaneidade e a liberdade necessárias, de forma a enriquecer a pesquisa. O autor ainda acrescenta que a entrevista semiestruturada “[...] parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Esse tipo de entrevista tem como objetivo principal a compreensão dos significados que os entrevistados atribuem às questões e situações relativas ao tema de interesse. A entrevista é utilizada para recolher os dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, possibilitando que o investigador desenvolva uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam os aspectos do mundo.

O registro da entrevista pode ser feito por meio de gravação direta ou de anotações realizadas pelo entrevistador durante o processo. É importante realizar também as anotações de aspectos relativos à forma de emissão das respostas pelos sujeitos e ao próprio andamento da entrevista com destaque para os gestos, as posturas e as expressões faciais dos entrevistados (GODOI; BANDEIRA-DE-MELLO; SILVA, 2006).

Para a análise e interpretação dos dados coletados, que se constituem no núcleo central da pesquisa, serão utilizadas duas operações distintas, mas estreitamente relacionadas, que são a análise e a

interpretação dos dados. Na análise, segundo Lakatos e Marconi (2001), o pesquisador entra em mais detalhes sobre os dados, com o objetivo de conseguir respostas às suas indagações, procurando estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas. Para a elaboração da análise, recorre-se à utilização de três níveis para a síntese: a interpretação, a explicação e a especificação.

A etapa de interpretação consiste na “atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos” (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 21). De forma geral, ela significa a exposição do verdadeiro significado do material apresentado em relação aos objetivos propostos e ao tema. Nessa etapa, utiliza-se o procedimento de ligação com a teoria e se definem as alternativas disponíveis de interpretação da realidade social.

4.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Primeiramente, como se trata de uma pesquisa com humanos, foi necessário conseguir a aprovação do Comitê de Ética para pesquisa com humanos na Plataforma Brasil. Após a aceitação e liberação do órgão competente, a prática da pesquisa de campo teve início.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizou-se a aplicação da entrevista semiestruturada com um total de 26 moradores residentes em prédios localizados em diversas ruas do bairro Comerciário. Buscamos contemplar – visto que o objetivo da pesquisa está voltado para a percepção ambiental dos moradores em áreas verticalizadas – o recorte do bairro que possui uma maior concentração de prédios, situados, principalmente, entre o cruzamento das ruas Desembargador Pedro Silva e Almirante Barroso, as quais possuem em um reduzido tamanho espacial uma quantidade significativa de edifícios residenciais verticais. Devido a esse critério, a escolha dos entrevistados de forma aleatória respeita essa divisão espacial dentro do bairro Comerciário.

A Figura 4 tem como objetivo demonstrar os limites do bairro Comerciário e a área delimitada para a aplicação da pesquisa de campo. A linha contínua em vermelho compreende os limites do bairro Comerciário dentro do município de Criciúma. O contorno tracejado em amarelo limita justamente a área do bairro onde fica a grande concentração dos edifícios e o local onde foram realizadas as entrevistas com seus moradores.

Figura 4 – Mapa do bairro Comerciário apresentando o recorte da área verticalizada.



Fonte: elaborado pela autora (2015).

A seleção dos entrevistados para a participação nas entrevistas respeitou o critério arbitrário de idade – ser maior de 18 anos –, e o de consentirem participar da pesquisa. Após aceitarem participar da pesquisa, a pesquisadora forneceu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para cada entrevistado. Nesse documento emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa ficam claros os objetivos do estudo, que os dados referentes à pessoa entrevistada serão sigilosos e privados e que a participação ocorre de forma voluntária.

A entrevista semiestruturada aplicada aos participantes da pesquisa tem como objetivo investigar, por meio de questionamentos, o processo de verticalização urbana na cidade de Criciúma e suas consequências no modo de vida dos moradores de edifícios. Dessa forma, a entrevista analisa em cada entrevistado a apropriação do bairro e da casa (se gosta ou não de morar no bairro e na casa, do que mais gosta ou menos gosta), os modos de vida na moradia vertical (quais as vantagens e desvantagens, como é a relação com os vizinhos e a vida social no bairro, onde praticam os momentos de lazer) e a percepção do entorno sociofísico (se o bairro possui praças e parques, se possui arborização, como observa os espaços vizinhos ao seu apartamento, quais as mudanças ambientais que o entrevistado percebe e, ainda, o que poderiam ser indicados como melhorias ou necessidades para o bairro).

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

5.1 O PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Por meio das entrevistas realizadas com os 26 moradores do bairro Comerciário, foi possível caracterizar um perfil dos participantes desta pesquisa. A grande maioria das pessoas abordadas nesta pesquisa possui idade entre 31 e 50 anos, segundo o critério de divisão por idades estabelecido nesta entrevista que é de 18 a 30 anos, 31 a 50 anos e acima de 51 anos. Ao se considerar o grau de instrução dos entrevistados, foi possível perceber que quase todos eles possuem nível de Ensino Superior completo. No que se refere à profissão exercida pelos entrevistados, a pesquisa apontou um nível bastante diversificado de profissões, não havendo uma que se houvesse se sobressaído sobre as outras, variando entre advogado, professor universitário, médico veterinário, biólogo, empresário, fisioterapeuta, estudante, psicóloga, funcionário público, policial militar, do lar, aposentado, dentre outras. No que diz respeito à naturalidade dos entrevistados, em sua maioria também são moradores que nasceram na cidade de Criciúma.

Pelo fato de ter sido aplicada em um bairro de classe média alta, esta pesquisa difere-se de outras dentro da academia, que, costumeiramente, voltam-se ao estudo dos bairros periféricos das cidades e seus problemas comuns e muitas vezes recorrentes.

A abordagem desta pesquisa tem um perfil considerado diferente dos comuns, pois contribui para o conhecimento desse nível de pessoas da visão de mundo que elas possuem, da valorização do coletivo, dos seus projetos de vida, da sua relação com o entorno sociofísico.

5.2 COM RELAÇÃO À APROPRIAÇÃO DO BAIRRO E DA CASA

Os entrevistados que participaram da pesquisa foram questionados com relação ao tempo de moradia em sua casa no bairro Comerciário. Como resultado obtivemos uma homogeneidade quanto aos anos de moradia, pois as opções ficaram entre até 5 anos, entre 6 e 15 anos e acima de 16 anos de moradia.

Questionados sobre gostarem ou não do bairro onde moram, os entrevistados foram unânimes e responderam que sim. Ficou aparente nas respostas dos entrevistados que os motivos para gostarem de morar no bairro ficam em torno da proximidade que este proporciona ao acesso de serviços urbanos e da sua tranquilidade, como pode ser percebido em alguns depoimentos dos moradores: *“por ser um bairro calmo e bem*

localizado”; “*porque é tranquilo e próximo a tudo*”; “*pela tranquilidade do bairro, comodidade, proximidade de estabelecimentos, serviços*”; “*proximidade com as prioridades (escola, centro, hospitais, etc.)*”; “*localização – proximidade do local de trabalho e privilegiada por ter tudo que preciso próximo*”; “*por ser mais próximo ao centro e também pela tranquilidade*”. Para complementar esta questão, todos os entrevistados nesta pesquisa consideraram a sua vida no bairro boa ou ótima, deixando claro o apreço pelo bairro escolhido para moradia.

O bairro escolhido para a nossa moradia, segundo Santiago (2013 *apud* DUARTE; VILLANOVA, 2013) não é apenas uma configuração territorial em que as pessoas, levadas por razões econômicas, adotam deliberadamente uma maneira concreta de ocupar e usar o espaço. O bairro é o espaço onde se mora, onde se vive e se compartilham ou se recusam experiências cidadinas diversas. E como forma de adotar o significado deste espaço, deve-se pensar o sentimento que a cidade inspira aos indivíduos, às famílias, aos sujeitos e aos atores sociais e reconhecer que a sensorialidade se especializa e modela os fenômenos visuais, sonoros e olfativos, perspectivas estas não necessariamente dissociáveis das relações, das ambiências, das emoções, dos lugares e dos espaços de memória.

Sobre considerarem o que mais gostam no bairro Comerciário, o fato de o bairro possuir uma localização privilegiada foi a opção mais apontada pelos moradores entrevistados, seguidas pelas opções de tranquilidade e segurança. A proximidade do bairro Comerciário com a área central da cidade de Criciúma favoreceu para que os moradores adotassem este bairro como moradia.

Quanto ao momento de os moradores indicarem o que menos gostam no seu bairro de moradia, os entrevistados apontaram com certa frequência a falta de áreas de lazer e convivência, o movimento e barulho do trânsito e a falta de áreas verdes.

O bairro Comerciário, segundo Rosa (2011), possui a característica de ser predominantemente residencial, mas também possui dentro de seu perímetro pontos com intenso fluxo de pessoas (o Estádio Heriberto Hülse, o City Clube e a Escola Estadual Sebastião Toledo dos Santos, mais conhecida por “Colegião”). Está atribuído ainda ao bairro um alto fluxo automotivo, visto que ele possui ruas que fazem ligação do centro com as saídas da cidade.

Também se percebe que o seu adensamento acaba prejudicando as próprias atividades corriqueiras dos moradores devido à alta concentração de habitantes e o tráfego intenso. A falta de infraestrutura dedicada ao lazer também pode ser observada, pois não existe um local

ou praça que possa abrigar um público interessado por lazer familiar ou em praticar atividades esportivas (ROSA, 2011).

Podemos observar por meio dos relatos dos moradores entrevistados que a ligação que eles possuem com o bairro tem um caráter mais funcional do que simbólico. O apeço pela moradia no bairro dá-se, resumidamente, pela localização que ele possui na dinâmica do espaço urbano do município. Os valores imateriais não foram introjetados pelos moradores. Devido a isso, eles não conseguem ir além do concreto, ou seja, não conseguem unir a característica funcional do bairro e a afetividade com relação ao lugar.

Os participantes da pesquisa também foram questionados sobre a casa em que vivem, ou seja, se eles se identificam com o local de moradia e se existe ou não um elo que os une ao seu ambiente.

Quando falamos sobre a casa, segundo Gonçalves (2007), essa discussão nos leva a entender a casa além do sinônimo de um lugar para abrigo e proteção para o sujeito, pois é também o lugar onde ele se torna mais íntimo, onde é capaz de sonhar, de sentir-se integralmente e ter um ponto de referência no mundo.

Hoje, existe a necessidade – para a preservação da vida humana e do mundo natural – de um novo vínculo existente entre o homem e os seus mundos tanto natural como o social, enfim, um novo elo entre as suas relações com a natureza, com a sua casa, com o entorno que habita, com o lugar em que o sujeito vive (GONÇALVES, 2007).

Foi possível perceber nos depoimentos que a maioria dos entrevistados respondeu que se identifica com o seu local de moradia. Quando questionados a respeito do “por que”, eles conseguiram expressar por meio de poucas palavras a sua ligação com o lugar: “*é o ambiente onde eu estou construindo minha família, tenho as minhas coisas de acordo com o que a gente gosta*”; “*eu me sinto à vontade, confortável*”; “*porque a escolha foi planejada*”; “*confortável, aconchegante e harmoniosa*”; “*é confortável e tranquilo*”; “*pela comodidade*”; “*me sinto confortável e segura*”; “*porque é adequada para o tipo de vida que eu levo*”. Podemos fazer o registro de um depoimento no qual a entrevistada demonstra que a sua casa não significa o seu local de abrigo e aconchego, pois nesse ambiente ela se sente “*muito fechada, engaiolada*”.

5.3 MODOS DE VIDA NA MORADIA VERTICAL

Segundo Giddens (2002), a escolha de um estilo de vida nas condições da alta modernidade, a maioria das vezes não é uma escolha,

mas uma imposição em que o indivíduo abraça tal estilo não somente porque essa prática preenche necessidades utilitárias, mas porque dá forma material a uma narrativa de autoidentidade. No decorrer do dia a dia de cada pessoa, cada pequena decisão tomada por ela acaba contribuindo para a formação de sua identidade, e a escolha de uma residência, de um bairro e de até uma determinada região da cidade com a finalidade de moradia remonta a essas questões de escolhas de cada um.

A construção da identidade, segundo Ciampa (2001 *apud* NAZÁRIO, 2009), é um processo constante e que está sempre em transformação. É como se ao longo da vida de cada sujeito uma gama de personagens criados por ele mesmo fosse nascendo e morrendo a todo tempo. O somatório de todas essas histórias desses personagens pode ser definido como identidade, o que existe de mais peculiar no ser humano, fazendo cada sujeito ser único e insubstituível. Segundo o autor, a identidade “é um conjunto de características próprias e exclusivas de uma determinada pessoa, permitindo que o sujeito se perceba, tome posse de sua realidade individual e tenha consciência de si mesmo” (CIAMPA, 2001 *apud* NAZÁRIO, 2009, p. 60).

A formação da identidade de um sujeito, segundo Nazário (2009), inicia-se com o seu nascimento e se finda com a morte. A base dessa formação da identidade encontra-se na relação pai/mãe ou protetor e de certa forma se estende para o meio onde o sujeito cresce e se referencia. Como conclui Darmegian (2001 *apud* NAZÁRIO, 2009), a sociedade continua o papel de “protetora” no processo de formação da identidade de cada um. Portanto, se a sociedade disponibiliza todos os meios necessários para o pleno desenvolvimento que o sujeito necessita, essa pessoa se tornará confiante e de posse de sua vida; caso contrário, forma indivíduos desmotivados com a sua existência.

Por meio desses conceitos podemos observar como os moradores entrevistados na pesquisa se comportam com relação ao seu lugar de moradia, seu entorno e seus processos identificatórios.

Os entrevistados do bairro Comerciário, quando questionados sobre o que os motivou a morar em apartamento, a questão de ser mais seguro para moradia foi a mais relatada pelos moradores, além de ser mais prático por não ter preocupação com um quintal, como ocorre nas casas unifamiliares, e estar relacionado à privacidade e ao conforto.

A opção por morar em edifícios, segundo Nazário (2009), por ser um modelo compacto de moradia, torna-se ideal e conveniente para os indivíduos que vivem em uma sociedade pós-moderna na qual homens e mulheres possuem carreiras profissionais. As casas demandam mais

tempo em relação ao serviço externo, quando comparamos com os edifícios de apartamentos, além de trazer uma maior preocupação quanto ao cuidado. “O homem citadino não tem mais tempo para dedicar-se com empenho às atividades domésticas, por isso um apartamento é a opção mais razoável para ter uma vida com menos afazeres.” (NAZÁRIO, 2009, p. 33).

A autora complementa que quando se decide morar em unidades de domicílios plurifamiliares, opta-se, na verdade, por uma vida “individual em conjunto”, ou seja, aparentemente, as pessoas vivem mais próximas umas das outras, porque precisam administrar várias questões referentes ao prédio que dizem respeito a todos os moradores, questões de cunho burocrático apenas, que não levam em consideração o sentido verdadeiro de uma relação conjunta baseada em atos de união e de companhia entre os usuários desse tipo de moradia (NAZÁRIO, 2009).

Foi possível observar nas entrevistas que todos os entrevistados sentem-se mais seguros morando em apartamento. Segundo os relatos dos entrevistados, a moradia em apartamento permite que a entrada de pessoas mal-intencionadas seja dificultada devido às várias portas pelas quais se tem que passar, além do fato de a quantidade de moradores não tornar onerosa a aquisição de vigilância com câmeras de segurança ou cercas elétricas, quando comparado a uma residência unifamiliar. De acordo com os entrevistados, morar em edifício torna-se mais seguro, *“pois a partir do momento que você está nele, fica mais difícil de ser assaltado. Tem mais obstáculos para se chegar até você”*; *“porque o apartamento é de mais difícil acesso”*; *“porque os moradores se associam para garantir a segurança”*; *“tem sistema de câmeras e por ser um local de difícil acesso no cometimento de roubos e furtos”*; *“principalmente pela proteção dos dispositivos de segurança e barreiras físicas contra invasões”*; *“pela segurança monitorada que temos no condomínio”*; *“vigilância 24h e a dificuldade de acesso de terceiros”*.

Com relação à segurança na moradia vertical, pode-se perceber que de acordo com os depoimentos dos moradores a respeito desse assunto, a responsabilidade pela segurança fica a cargo principalmente dos dispositivos de segurança, ou seja, em nenhum momento o vizinho que mora ao lado, porta a porta, é mencionado como um ser de confiança que poderia estar associado também à ideia de segurança na moradia.

A moradia vertical se configura em uma aparente existência de coletividade, pois mesmo havendo proximidade com o outro, existe um

certo estranhamento, uma certa indiferença, uma desconfiança depositada no outro. Como acrescentara Jacobs (2000), em um ambiente citadino onde houvesse a convivência com a presença de “olhos cuidadores” nas ruas, não haveria a constante paranoia pela segurança, como acontece em algumas das nossas cidades.

Aos entrevistados também foi solicitado descrever como é morar em apartamento. Segundo os relatos, esse estilo de moradia vertical ainda fica associado às questões de segurança e praticidade: *“tem praticidade em relação ao ambiente, proximidade de cômodos e uma maior segurança”; “maior privacidade e segurança. Não tem relação com o vizinho”; “é prático morar em apartamento, porém o contato pessoal com os vizinhos desaparece”; “sente-se aprisionado, mas é prático”; “viver engaiolada”; “é seguro, organizado e de fácil manutenção de limpeza”; “é seguro, pouco contato com vizinhos, é necessário cuidado com as normas do condomínio”; “é seguro, mas nos priva muito de contatos com vizinhos e pouco contato com o sol”; “é prático e mais seguro, considerando que fico pouco tempo em casa. E também por não haver a necessidade de manejo com o ambiente externo”; “é entrar e fechar a porta, não há preocupações com quintal e há privacidade”.*

Pode-se perceber por meio das observações dos moradores que mesmo distanciando as pessoas com relação às relações de vizinhança, a opção de moradia vertical acaba tornando-se convincente na medida em que alia a praticidade da moradia com a segurança que um apartamento permite aos seus usuários.

Segundo Nazário (2009), quando as pessoas residem em casas, elas possuem uma probabilidade maior de se relacionarem com os vizinhos e com a natureza, pois há a opção de manter jardins, quintais floridos, um maior contato com a rua e com o seu entorno. Devido a isso, as residências unifamiliares trazem um maior sentido de pertencimento aos seus moradores, o que não se observa nas residências plurifamiliares, pois esse relacionamento natural e humano não é visto pelos moradores.

De fato, a moradia em edifícios afasta as pessoas umas das outras, no sentido de relacionamento entre elas, mesmo morando tão próximas. Os moradores dos edifícios não têm vínculo social no bairro nem possuem envolvimento algum com os acontecimentos pertencentes ao seu local de moradia (*“muito pouco contato com a comunidade”; “não convivo com quaisquer pessoa do bairro”; “pouco contato com os moradores”*), atribuindo à sua vida social no bairro características que

eles chamam de “reservada”, “individualista”, “praticamente nula” e “sem perturbações”.

Até mesmo no relacionamento com os vizinhos, ali tão próximos, muitas vezes porta a porta, é possível perceber certo acanhamento. Quando questionados quanto ao relacionamento com os vizinhos, é fácil perceber a falta de envolvimento com relação às relações de vizinhança: “praticamente sem contato”; “meramente cordial”; “cordial e respeitosa”; “me relaciono com poucos no prédio, mas é uma boa relação”; “não tenho muito contato, mas é amigável, gentil”; “tranquila, não se tem muita amizade”; “boa convivência”; “não existe, só nos cumprimentamos”; “pouca. Troco palavras apenas quando encontro no elevador”; “são boas no geral”.

Diante dos relatos dos moradores quanto à relação com os vizinhos, percebe-se que em geral as relações são boas, mas porque realmente são superficiais. As relações com os vizinhos são resumidas em ações de cordialidade, educação, respeito, sem algum contato mais profundo de afinidade, companheirismo, preocupação com o seu vizinho.

De acordo com as contribuições de Nazário (2009), quando se escolhe o modo de vida baseado em uma moradia vertical, acaba-se aderindo a uma vida privada baseada no individualismo, não porque os sujeitos ali residentes têm menos sensibilidade ou desejam menos interações que os demais, mas porque já moram em apartamentos devido ao tempo reduzido para esse tipo de atividade, seja ela de socialização com o próximo ou de reflexão e aprimoramento de si mesmo enquanto pessoa. Quando se compara essa relação entre moradores de casa e moradores de edifícios, percebe-se que é mais difícil o desenvolvimento afetivo entre os moradores de prédios.

Segundo Tuan (1983), as pessoas são seres sociais e gostam sim da companhia dos seus semelhantes, mas como elas toleram ou apreciam a proximidade física de outras pessoas, por quanto tempo e em que condições, isso varia sensivelmente de uma cultura para outra.

As vantagens de se morar em edifícios, segundo os entrevistados, resumem-se novamente no fato desse ambiente proporcionar uma maior segurança. Com relação às desvantagens desse tipo de moradia, percebe-se que os usuários sentem repetidamente falta de espaço aberto, de um contato maior com a natureza, com áreas abertas, e também de se relacionar com os vizinhos: “não tem contato com a natureza”; “fica muito trancado, diminui o contato interpessoal com os vizinhos”; “falta de privacidade, falta de espaço aberto e pouco contato com a natureza”; “não ter um local com área verde”; “vemos pouco os

vizinhos, falta de pátio”; “espaço limitado”; “isolamento, pouco sol, espaço para lavar roupa (secar)”; “engaiolamento, falta de contato com áreas verdes, falta de privacidade com relação aos vizinhos, barulho dos vizinhos”.

Quanto mais individual a moradia, mais ela serve para afastar as pessoas umas das outras, gerando uma quantidade de estranhos a andar pelas ruas cada vez maiores. Opta-se por apartamentos porque eles são “mais seguros”, mas, ao se individualizar a convivência entre as pessoas, poucas irão perceber quem é seu vizinho de porta, de andar ou de prédio, criando um efeito contrário ao esperado, porque também os marginais já perceberam que é exatamente nesses lugares que as pessoas pouco se preocupam umas com as outras. Ocorre, assim, uma falha no sistema e as ruas de cidades eminentemente industriais, cada vez mais verticalizadas, possuem cada vez menos segurança, tornando-se ruas de ninguém (NAZÁRIO, 2009).

Para encorpar essa discussão, Carlos (2003 *apud* NAZÁRIO, 2009) acrescenta que os edifícios de apartamentos dificultam sim a aproximação entre as pessoas. À medida que a cidade se reproduziu, a vida dos moradores também deixou de ter o tempo e os lugares para vivenciar atividades recreativas. Os lugares de encontro desapareceram, as rodas de conversa não mais existem, o fervor das conversas e burburinhos calou-se, as brincadeiras infantis no meio das ruas diminuíram, os espaços foram transformados em mercadorias, saindo de cena as praças, as árvores, e tomando o seu espaço mais uma nova construção.

A vivência é cada vez menor no espaço da cidade. Como complementa Gomes (2002), o uso da via pública nas cidades atuais se restringe progressivamente ao seu valor instrumental primário, à circulação. Saímos cada vez menos e quando o fazemos, em geral por absoluta necessidade, devemos usar automóvel, que nos levará a um lugar preciso, onde, habitualmente, reproduz-se a ideia de confinamento e de segurança.

Esse isolamento da população traz um problema ainda maior para as cidades, pois cada vez mais as pessoas evitam tomar as ruas, preocupar-se com o seu entorno, caminhar pelas calçadas do seu bairro. Foi possível observar que nem todos os moradores entrevistados possuem o hábito de caminhar pelas calçadas do seu bairro, numa forma de habitar verdadeiramente a rua. E dentre os que possuem esse hábito, a calçada serve apenas como um espaço de locomoção, sendo utilizada quando o motivo é uma obrigação, ou quando se tem que ir a algum

lugar. Não se percebe a adoção do uso desse espaço como um hábito de conhecer melhor as ruas, as pessoas, o próprio bairro.

Segundo Menegat (2008 *apud* NAZÁRIO, 2009), morar em prédio significa, nos dias de hoje, que as portas permanecem fechadas e cada qual vive para dentro e não mais para fora. São avenidas congestionadas, ar poluído e os sujeitos dentro desse sistema, mergulhados nos problemas diários e com tantas paredes de concreto, tanta informação, tanta velocidade a lhes atrair a visão, que eles deixam de olhar ao seu redor para apenas seguir o ritmo. Desse modo, o indivíduo encontra-se completamente capturado pelo sistema urbano dilacerador de nossa capacidade de transcendência humana, que nos rouba a capacidade de percepção da totalidade da paisagem. Esse homem já não consegue mais ver o entorno e não o vendo não consegue mais senti-lo, apreendê-lo como parte de sua realidade eminentemente humana.

Como complementa Gonçalves (2007), esta cultura acaba fazendo com que os moradores da cidade imaginem que a rua é o lugar de todos os perigos, e ao mesmo tempo os usuários de edifícios povoados em andares superiores permanecem num domínio misterioso e desconhecido, com exceção daqueles, amigos ou conhecidos, que são frequentados.

Reforça-se o potencial para uma cidade segura quando mais pessoas se movimentam pela cidade e permanecem nos espaços urbanos. Uma cidade que convida as pessoas a caminhar, por definição, deve ter uma estrutura razoavelmente coesa que permita curtas distâncias a pé, espaços públicos atrativos e uma variedade de funções urbanas. Esses elementos aumentam a atividade e o sentimento de segurança dentro e em volta dos espaços urbanos. Há mais olhos nas ruas e um incentivo maior para acompanhar os acontecimentos da cidade, a partir das habitações e edifícios do entorno (GEHL, 2013).

Para que uma caminhada seja confortável, inclusive quanto às distâncias e ao ritmo aceitáveis, é preciso que haja espaço para andar sem muitas interrupções ou obstáculos. Muitas vezes, essas qualidades estão presentes em áreas exclusivamente para pedestres, mas são raras nas calçadas de muitas cidades. Segundo Gehl (2013), é impressionante observar quantos obstáculos e dificuldades foram incorporados à paisagem do pedestre no decorrer dos anos. Sinais de tráfego, postes de iluminação, parquímetros e todos os tipos de aparelhos de controle são sistematicamente colocados nas calçadas para não atrapalhar a rua.

O autor ainda relata que o fato de caminhar na cidade permite longo tempo para vivenciar aquilo que as áreas ao nível da rua têm a

oferecer e saborear a riqueza de detalhes e informações. As caminhadas tornam-se mais interessantes e significativas, o tempo passa rapidamente e as distâncias parecem mais curtas. No entanto, em locais onde não existem espaços interessantes de transição (onde o edifício e a cidade se encontram) ou onde as áreas térreas são fechadas e monótonas, a caminhada parece longa e pobre em termos de experiência. O processo todo se torna tão sem sentido e cansativo que, em geral, as pessoas desistem totalmente de caminhar (GEHL, 2013).

Com relação aos momentos de lazer, os moradores dos apartamentos entrevistados também relataram que quando querem vivenciar seus momentos de lazer, não utilizam os espaços proporcionados pelo seu edifício. A grande maioria afirmou que costuma frequentar outros lugares para desenvolver as atividades, porque os espaços disponíveis para o lazer nos edifícios não são atrativos, muitas vezes são espaços pequenos, não convidativos ou apenas reservados para churrasqueira, por exemplo. Para grande parte dos moradores, os momentos de lazer são aproveitados bem longe do perímetro do prédio, até mesmo em viagens, sítios ou praias.

Quando questionados sobre o espaço físico do apartamento em si, grande parte dos moradores revelou estar satisfeito com o tamanho de seu apartamento de moradia. Sendo considerado um bairro que fica situado em uma área favorecida da cidade, é possível perceber que os edifícios possuem sim uma boa estrutura física, tanto de fachada quanto de interiores. Afinal de contas, é de se esperar que para morar no bairro os moradores devam possuir uma condição econômica que lhes garanta a moradia nessas condições.

5.4 PERCEPÇÃO AMBIENTAL DO ENTORNO DO EDIFÍCIO

A manutenção da segurança urbana, como diria Jacobs (2000), é uma função fundamental das ruas das cidades e de suas calçadas. A paz nas ruas e nas calçadas é mantida fundamentalmente quase inconsciente por controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele mesmo aplicado. Em uma rua movimentada, as pessoas observam tudo o que acontece, se precisar intervir, seja para orientação de alguém, seja para chamar a polícia, elas intervêm.

A comunicação entre os edifícios e seus arredores é possível até o quinto andar. Acima dessa altura a situação é de que não vemos nem acompanhamos mais a vida da cidade, não podemos perceber mais a fala, os gritos e alguns movimentos. Os detalhes não podem ser mais

vistos, as pessoas no nível do solo não podem ser reconhecidas nem contatadas. De fato, a conexão entre o plano das ruas e os edifícios altos efetivamente se perde depois do quinto andar (GEHL, 2013).

A importância desse contato com a rua, com a construção de torres de edifícios residenciais cada vez mais altas, acaba sendo comprometida pela distância que os separa. Foi possível perceber que a maioria dos moradores nunca presenciou algum acontecimento ou situação na rua ou calçada de seu edifício que merecesse a sua ajuda ou intervenção na situação. São poucos os relatos de moradores que presenciaram tal acontecimento, mas ainda assim podemos perceber a importância que existe entre o morador e o seu contato com a rua, com o seu meio externo: *“já presenciei briga”*; *“roubaram embaixo do prédio e fui chamar o dono da loja”*; *“acidente de trânsito, criança pequena se machucando na praça”*; *“assalto em uma casa, nos fundos, em que tive que acionar a polícia”*.

As ruas não sendo apropriadas por seus moradores correrão sérios riscos de se tornarem alvo fácil da violência e do medo. Pois ao se sentirem inseguras em um bairro, rua ou cidade as pessoas estão demonstrando a impossibilidade de andar pelas calçadas (JACOBS, 2000).

O que se percebe é que está ocorrendo um emuralhamento da vida social, em que o dito homem moderno dispõe de variados recursos para transformar-se em invisível e, portanto, inacessível para o contato social. Devemos admitir que uma série de equipamentos e serviços é difundida cada vez mais com o intuito de facilitar o acesso ao confinamento social. O mundo chega até nós sem que precisemos sair de casa. O surgimento dessas moradias acaba funcionando como uma recusa à diferença, à liberdade de entrada, à possibilidade do encontro com o diverso, à construção de uma verdadeira individualidade (GOMES, 2002).

Pela diminuição dos espaços apropriados pelos sujeitos urbanos, a rua, outrora lugar de encontro, passa a ser apenas lugar de passagem. Para Lefebvre (2004), sem a rua, inclusive, não existem outras possibilidades de encontros em lugares determinados, porque é nela que se efetua o movimento sem o qual não existe vida urbana, mas apenas segregação e separação.

Na visão de Donne (1979 *apud* NAZÁRIO, 2009), a valorização do individual causa uma patologia urbana, pois no meio do coletivo o sujeito sente falta de situações emocionais geradoras de segurança. Com isso nasce a indiferença e a estranheza em relação ao devir urbano e a consequente fuga para a privacidade devido à ausência de canais de

comunicação reais entre indivíduos e coisas e entre os sujeitos e seus semelhantes. A verticalização acaba, assim, por contribuir voluntária ou involuntariamente para que os homens se fechem dentro de si mesmos em um estilo de vida solitário. Isso porque o apartamento é capaz de transmitir ao morador um sentimento de segurança e privacidade.

Com relação aos parques e praças, os entrevistados ficaram divididos quanto à existência ou não desses espaços no bairro. De acordo com seus relatos sobre as condições desses espaços, é possível perceber que os moradores não têm uma boa impressão nem utilizam os mesmos, e que talvez seja por isso a dúvida sobre sua existência: *“existe uma praça próxima ao museu, é precária e merece cuidados”*; *“pequena e mal conservada, poucos itens para uso”*; *“são pequenas e pouco conservadas e escuras”*; *“são poucas, precisa mais praças e locais arborizados”*; *“precisa melhorar”*.

A rua, os caminhos para pedestres, a praça e o parque são a gramática da cidade; fornecem a estrutura que permite às cidades nascer, estimular e acomodar diversas atividades, daquelas quietas e contemplativas às ruidosas e agitadas. Uma cidade humana – com ruas, praças e parques cuidadosamente pensados – dá prazer aos visitantes e transeuntes, bem como àqueles que li moram, trabalham e brincam diariamente. Esses espaços públicos (ruas, praças e parques) são essenciais ao bom ambiente urbano. A forma como são desenhados e mantidos não vai ao encontro da vivacidade do cenário citadino, pois cada vez mais esses espaços são suprimidos e deixam de oferecer esta permeabilidade de “olhos” ao invés de muros, barreiras, grades (GEHL, 2013).

A convivência entre os cidadãos, mesmo ocorrendo nos âmbitos particular e público, segundo Carvalho (2008), é neste último que se exercem os princípios básicos da sociabilidade, rompendo com os princípios estabelecidos pela lógica do distanciamento. Segundo o autor, as praças são espaços que funcionam com essa lógica, pois são lugares repletos de significados e potenciais de integração, cuja construção deve ser preservada e estimulada. Ainda segundo o autor,

Lugares como as praças devem ser pensados como áreas privilegiadas para conhecer pessoas, conversar, observar a natureza, e desacelerar da agitação urbana, contrária a toda a onda de distanciamento e anonimato que persiste na realidade urbana; portanto, locais que não devem ser marginalizados. (CARVALHO, 2008, p. 99).

Ainda sobre a importância desses espaços, Gehl (2013) complementa que no âmbito urbano, a identidade se reflete nos vínculos que estabelecemos com os espaços da cidade, seus elementos de referência – patrimônio histórico, rios, ruas, praças e parques – que passam a fazer parte constitutiva do nosso cotidiano. A identidade gera o sentimento de pertencimento, a referência que nos orienta enquanto cidadãos. Se não dispomos de espaços como estes, estamos fadados a comprometer nosso laço afetivo com a cidade, e cada vez mais com os habitantes que fazem parte dela.

Um bairro bem arborizado também se torna convidativo para caminhadas ou passeios ao ar livre, mas, segundo os relatos dos moradores entrevistados, o bairro Comerciário não possui esta vantagem: *“não possui arborização”; “muito pouca”; “precária”; “o Morro do Céu é bem arborizado, bem preservado e faz parte do bairro. Mas nas calçadas, em geral não há”; “quase inexistente”; “em pouca quantidade, em virtude da quantidade de prédios, presumo”; “precisa melhorar, muito pouco”; “insuficiente”*.

Presume-se que pelo fato de o bairro possuir uma localização estratégica, as construções, principalmente de edifícios, acabaram dominando a região e assim modificaram a paisagem do bairro, onde as áreas abertas destinadas à manutenção dos espaços verdes foram suprimidas e deram lugar a mais construções.

Além da falta de arborização, as mudanças ambientais percebidas pelos moradores são as mais diversas. Podem ser citados o desmatamento (alguns relataram que não há nem mais o que desmatar), a sobrecarga na infraestrutura urbana, o aumento no fluxo de pessoas e duas condições mais incidentes que estão relacionadas ao aumento no tráfego de veículos e ao aumento nas construções.

É fato que, segundo Nunes (2011), a construção de prédios aumenta o adensamento da área, tal qual como acontece no bairro Comerciário. Consequentemente, é possível observar o aumento do número de pessoas e também na circulação de veículos. Percebe-se ainda o aumento dos conflitos existentes entre as pessoas, o aumento na concentração de resíduos sólidos urbanos, o aumento nos consumos de água e nas cargas de esgotos.

O aumento também das áreas construídas e o adensamento populacional, quando associados à redução de áreas verdes e à poluição atmosférica (devido ao aumento na circulação de veículos) têm provocado alterações no microclima das cidades, como a elevação da

temperatura e umidade do ar e mudança na direção e velocidade dos ventos (SANTOS; PINTO, 2010).

Quanto aos espaços construídos, os moradores conseguem perceber que realmente o bairro é bastante verticalizado, possuindo um grande número de construções em sua área: *“muitos prédios, arranha-céus”*; *“espaços lotados”*; *“muitas construções de prédios”*; *“está com bastante construções, bem rodeado de prédios”*; *“eu acho que teria que se respeitar um espaço maior entre os prédios para proporcionar uma maior visibilidade do entorno”*; *“a verticalização é predominante. Não se vê espaços vazios”*; *“me parece bem aproveitado”*; *“bem planejado por ser um bairro bem populoso”*; *“tudo muito próximos uns dos outros”*; *“organizados de forma geral”*; *“com boa estrutura”*.

Devido ao fato de o bairro possuir uma grande concentração de edifícios, podemos também fazer uma relação com a interferência paisagística que os altos edifícios ocasionam na cidade. Como acrescenta Nunes (2011), uma região verticalizada perde parte do seu horizonte e de maneira seguinte acaba diminuindo a perspectiva de visão da paisagem natural. E o que se leva em consideração não é a perda da paisagem em si, mas da salubridade das cidades, que traz consigo a perda do sentimento de “ver” e “sentir” a cidade e da própria consciência do espaço urbano.

Essa característica pôde ser percebida no momento em que os moradores entrevistados puderam relatar como eles observam o entorno de seu apartamento ou local de moradia: *“rodeado de prédios”*; *“vejo prédios por todos os lados”*; *“cheio de construção”*; *“sufocado”*; *“é um bairro bom, de modo geral, mesmo tendo sido mal planejado”*; *“falta arborização, bastante construções verticais”*; *“bastante movimentado, pouca arborização, poluição sonora”*; *“presença de muitos prédios”*; *“com muitas edificações e poucas áreas verdes”*; *“tranquilo, mas um tanto próximo às janelas do prédio ao lado”*.

Ficou explícito nos relatos que realmente o campo de visão da paisagem da cidade e do próprio bairro fica comprometido pela grande concentração de edifícios, e também algumas consequências desse processo como a redução de áreas verdes, a proximidade com os outros edifícios, a poluição sonora devido ao trânsito intenso, dentre outras.

Tendo em vista a grande concentração de edifícios que o bairro possui, o posicionamento dos moradores com relação a distância entre os prédios no bairro também merece destaque: *“deveria existir uma lei que proibisse um edifício do lado do outro. Muito próximo”*; *“pequenas, tudo perto do outro”*; *“os edifícios são construídos muito próximos um do outro”*; *“os prédios são bem próximos uns dos*

outros”; “acho que são mal distribuídos, mas a distância é boa”; “acredito que deveria se respeitar uma distância maior”; “poderiam ser um pouco mais afastados”; “muito próximos, alguns casos janela com janela”; “muito próximos, limitando a privacidade dos moradores”.

Apesar de os moradores entrevistados serem praticamente unânimes ao relatar que a distância entre os prédios do bairro é mínima, quando questionados se a iluminação e ventilação naturais estão comprometidas pelo aumento dos edifícios, nem todos os entrevistados responderam afirmativamente. Isso pode estar relacionado com a posição do apartamento no edifício, por exemplo, alguns entrevistados possuíam o apartamento voltado para outro edifício, ou seja, lado a lado; já outros, possuíam a rua do bairro como vista, e assim, mais longe de um obstáculo físico, acabam não sentindo a interferência da verticalização nesses sistemas.

A grande maioria dos moradores entrevistados admite que morando no bairro Comerciário, tem-se uma facilidade maior de acesso aos serviços urbanos. Sua localização praticamente central permite, segundo os entrevistados, que o acesso aos serviços convenientes seja mais fácil. Os moradores entrevistados também foram unânimes ao responder que acreditam, sim, que os imóveis do bairro Comerciário são valorizados, o que justifica mais uma vez sua boa localização dentro do espaço urbano da cidade.

Os entrevistados também puderam acrescentar o que eles identificariam como melhorias ou necessidades para o bairro dentro do ponto de vista de cada um. Foi possível perceber que a falta de espaços públicos de qualidade, como praças e parques, áreas verdes e boas calçadas estão entre as reivindicações mais citadas: *“as calçadas precisam ser arrumadas, precisa de mais áreas verdes e mais segurança”; “planejamento para que o crescimento do bairro não seja desordenado”; “arborização e implantação de praças ou parques”; “trânsito”; “arborização e calçadas mais largas”; “poderia melhorar a arborização, parques, áreas de lazer”; “ter mais parques, áreas verdes, melhoria das calçadas”; “melhorar praças e espaços públicos e trabalhos comunitários”; “ciclovias, área de lazer”; “arborização, área de lazer (parque)”; “diminuir o número de edificações”; “mais áreas de lazer, melhorias nas jardinagens e calçadas”; “não tem mais o que fazer. O espaço está comprometido”; “local para lazer e falta mais um pouco de policiamento”; “não tem mais como construir. Não cabe mais nada. Está tudo tomado por construções”.*

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode deixar de relatar que nas grandes cidades, e até mesmo em pequenos centros urbanos, uma considerável parcela da população esteja adotando a moradia em edifícios como uma nova opção de vida. Os indivíduos buscam maior proximidade com os centros de produção e consumo. Em contrapartida, tentam aliviar a insegurança disseminada a cada dia pelos noticiários jornalísticos (NAZÁRIO, 2009).

O estudo da percepção baseia-se em uma tentativa de explicar as observações realizadas sobre o mundo que nos cerca. As pesquisas que estudam o ambiente e as relações estabelecidas pelo homem são um marco da interdisciplinaridade presente nesse processo. Segundo Kozel-Teixeira (2001 *apud* RIBAS; SCHMID; RONCONI, 2010), apesar de a diversidade de abordagens, os pesquisadores da percepção ambiental buscam o entendimento dos processos pelos quais as pessoas atribuem significados ao meio ambiente, voltando-se, principalmente, às decisões políticas relacionadas ao planejamento ambiental e urbano. Ao incorporar o conhecimento espacial, esses pesquisadores passam a analisar o comportamento dos indivíduos inseridos em sistemas de valores.

O trabalho interdisciplinar possibilitou, de certa forma, um olhar mais amplo para a realidade socioambiental dos habitantes das cidades, contribuindo para uma visão mais atual das Ciências Ambientais, ou seja, analisou um ambiente construído, para além do ambiente natural.

Também podemos discutir sobre as ideologias que existem na aquisição de um apartamento para moradia, o que ficou claro com a realização desta pesquisa com os moradores do bairro Comerciário. Primeiramente, com relação às questões de segurança, conforto e mobilidade, pois sempre se está perto ou próximo de áreas de fácil acesso. A segurança foi a palavra-chave de várias questões sobre a moradia em apartamentos. Na percepção dos moradores, foi possível identificar, que a segurança não esteve associada à ruas, às calçadas ou no trajeto rotineiro que o morador faz para chegar até o seu apartamento. Pode-se destacar que a segurança tem sentido nesse caso quando se está dentro da moradia, pois se utilizarmos como discussão as ruas desertas, a falta de olhos cuidadores, a segurança em ruas de bairros verticalizados, nossa discussão deixaria a desejar.

O mesmo ocorre com relação à qualidade de vida proporcionada pela moradia vertical, pois há um consenso de que o bem-estar dos cidadãos depende apenas do padrão de moradia. Quando se trata de

qualidade de vida, nós nos referimos ao bem-estar físico e espiritual do ser humano. Percebeu-se, por intermédio desta pesquisa, que existe a falta de significados atribuídos a casa, aos espaços para lazer, à arborização dos espaços, às calçadas melhores, às praças agradáveis e convidativas, aos parques acessíveis, dentre outros aspectos do bairro em estudo, ficando claro que não é apenas a moradia vertical que não significa uma melhor qualidade de vida para seus moradores.

A moradia vertical também compromete as relações sociais, e este afastamento dos vínculos entre as pessoas, não se restringe apenas aos vizinhos de porta do mesmo edifício. Os moradores de edifícios, preferem não serem incomodados, nem se importam muitas vezes com o que ocorre do lado de fora do seu apartamento, tendendo cada vez mais ao isolamento dos acontecimentos da cidade.

A verticalização influencia ainda, no significado que a casa tem para o indivíduo. Pois aquele que mora em uma casa, como já citamos, se apropria da morada muito mais do que aquele que reside em apartamento. Como complementa Bachelard (1994 *apud* UEDA; CASTRO, 2013), o apartamento foge à regra da casa imaginada como um ser vertical, e nele o teto não protege da chuva nem do sol, é apenas o piso do vizinho que mora acima, é apenas o limite de duas habitações. As relações que se estabelece com o meio externo acontecem somente por meio das janelas; perde-se o significado da casa enraizada com o seu redor, a moradia como lugar da intimidade, como espaço do devaneio. Segundo o autor, “as relações da moradia com o espaço se tornam fictícias. Tudo é máquina e a vida íntima foge por todos os lados” (BACHELARD, 1994 *apud* UEDA; CASTRO, 2013, p. 9).

Podemos observar que a verticalização também respalda a casa funcional, aquela com a exclusividade de abrigar o corpo, nas palavras de Valadares (2000), da época da Revolução Industrial, não resolvendo a necessidade humana e simbólica que o abrigo da casa nos proporciona.

Ficou claro, no decorrer da pesquisa, que a segurança, muitas vezes citada pelos entrevistados como sendo uma qualidade atrativa para a moradia em edifícios, se sobressai com relação à falta de espaços públicos, parques, praças, arborização, falta de contato físico com as pessoas, falta de afinidade com os vizinhos, enfim, a busca incontrolável pela segurança, que faz optar pela moradia vertical, também faz com que muitas outras questões que remetem à importância do sujeito e suas relações sociais fiquem em segundo plano.

As relações com o outro, com os espaços de troca de experiências, como as praças, a própria rua e os parques não são habituais para moradores do bairro Comerciarío. Mesmo percebendo a

importância desses espaços, ficou claro que não fazem parte da vivência dos moradores.

Ainda assim, a verticalização existente na cidade continua se expandindo a cada dia. Bairros vizinhos ao Comerciário, como o Michel e o Santa Bárbara estão apresentando um crescimento no número de edifícios em construção. As percepções individuais dos moradores que residem em áreas verticalizadas, como no caso da pesquisa, podem ser de grande importância em projetos para o planejamento e gestão urbanas. Mesmo não sendo especialistas no assunto, a vivência que estes moradores tem em função do uso deste espaço são muito importantes para enriquecer o ambiente das cidades.

REFERÊNCIAS

- ADAMI, Rose Maria. **Rio Criciúma: o rio que a cidade escondeu – significados e representações na paisagem.** Criciúma: UNESC, 2015. 206p.
- ADDISON, Ester Eloisa. **A percepção ambiental da população do município de Florianópolis em relação à cidade.** 2003. 152f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- BACK, Álvaro José. Hidrologia e recursos hídricos. In: MILIOLI, Geraldo; SANTOS, Robson dos; CITADINI-ZANETTE, Vanilde. **Mineração de carvão, meio ambiente e desenvolvimento sustentável no sul de Santa Catarina.** Curitiba: Juruá, 2009, p. 41-49.
- BALTHAZAR, Luiz Fernando; PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Criciúma: memória e vida urbana. In: SCHEIBE, Luiz Fernando; FURTADO, Sandra Maria de Arruada; BUSS, Maria Dolores (Orgs.). **Geografias Entrelaçadas: Ambiente rural e urbano no sul de Santa Catarina.** Criciúma: Unesc, 2005, p. 193-226.
- BARBOSA, Valter L.; NASCIMENTO JÚNIOR, Antônio F. Paisagem, ecologia urbana e planejamento ambiental. **Geografia**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 21-36, 2009.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.
- _____, Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 12 de março de 2015.
- CÂMARA, Mauricio Ruiz. Mineração e crescimento urbano em Criciúma: contribuições para um debate. In: GOULARTI FILHO, Alcides (Org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2004, p. 375-392.

CANEPA, Carla. **Cidades sustentáveis**: o município como lócus da sustentabilidade. São Paulo: RCS Editora, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004. 154p.

_____. Novas contradições do espaço. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **O espaço no fim de século**: a nova raridade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 62-74.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Capital imobiliário e desenvolvimento urbano. **Cad. CRH** [online]. 2013, vol. 26, n. 69, p. 545-562. ISSN 0103-4979.

CARVALHO, Vilson Sérgio de. **Educação Ambiental urbana**. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2008. 125p.

CASARIL, Carlos Cassemiro; FRESCA, Tania Maria. Verticalização urbana brasileira: histórico, pesquisadores e abordagens. **Revista Faz Ciência**, v. 9, n. 10, p. 169-190, 2007.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, 1983. 202p.

COSTA, Ademir Araújo da. A verticalização de Natal: elemento de transformações sócio-espaciais. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2000. [online] **Anais...**, v. 6, n.1, p. 1-15.

DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. **Percepção Ambiental**: a experiência brasileira. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. **São Paulo**: espaços públicos e interação social. São Paulo: Marco Zero, 1995. 111p.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. 262p.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 233p.

GODOI, Christiane Kleinubing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. 460p.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 304p.

GONÇALVES, Teresinha Maria. **O processo de apropriação do espaço através dos modos de morar e habitar o lugar**: uma abordagem psico-sócio-ambiental do Bairro Renascer/Mina Quatro de Criciúma - SC. 2002. 328 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

_____. **Cidade e poética**: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano. Ijuí: Unijuí, 2007. 208p.

_____. Habitação e sustentabilidade urbana. **Revista INVI** [online]. v. 24, n. 65, p. 113-136, 2009. ISSN 0718-8358.

_____. Habitar. A casa como contingência da condição humana. **Revista INVI** [online]. v. 29, n. 80, p. 83-108, 2014.

_____. **A contribuição do pensamento dialético de Henri Lefebvre para a pesquisa interdisciplinar sobre a questão urbana**. Criciúma: UNESC, 2015.

GONÇALVES, Teresinha Maria; DESTRO, Diego; ROCHA, Maick de Souza. Ambiente urbano: as calçadas como espaços públicos na cidade de Criciúma, Santa Catarina, capital do carvão. In: MILIOLI, Geraldo; SANTOS, Robson dos; CITADINI-ZANETTE, Vanilde. **Mineração de carvão, meio ambiente e desenvolvimento sustentável no sul de Santa Catarina**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 215-225.

GONÇALVES, Teresinha Maria; MENDONÇA, Francisco de Assis. Impactos, riscos e vulnerabilidade socioambientais da produção de carvão em Criciúma/SC (Brasil). **RA'E GA** [online], n. 14, p. 55-65, 2007. ISSN: 1516-4136.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. 394p.

GREGOLETTO, Débora; REIS, Antônio Tarcísio da Luz. Os edifícios altos na percepção dos usuários do espaço urbano. **Cadernos PROARQ** [online], n. 19, p. 89-110, 2012. ISSN: 1679-7604.

GUNTHER, Hartmut; PINHEIRO, José Q.; GUZZO, Raquel Souza Lobo. **Psicologia Ambiental**: entendendo as relações do homem com seu ambiente. 2. ed. Campinas: Alínea, 2006. 196p.

HEIMSTRA, Norman Wesley. **Psicologia ambiental**. São Paulo: EPU, 1978. 218p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. IBGE – Cidades. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420460&search=santa-catarina|criciuma>. Acesso em: 07 jul. 2015.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 510p.

KANASHIRO, Milena. A cidade e os sentidos: sentir a cidade. In: FLORIANI, Dimas; HEEMANN, Ademar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: diálogo de saberes e percepção ambiental**. Curitiba, UFPR, n.7, p.159-164, 2003.

KRUSE, Lenelis. Compreendendo o ambiente em psicologia ambiental. **Psicologia**, USP, p. 41-43, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 288p.

LE CORBUSIER. **Planejamento urbano**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000, 200p.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2004. 145p.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991. 145p.

LOPES, Rosana Peporine; SANTO, Eder Luiz; GALATTO, Sérgio Luciano. Mineração de carvão em Santa Catarina: geologia, geoquímica

e impactos ambientais. In: MILIOLI, Geraldo; SANTOS, Robson dos; CITADINI-ZANETTE, Vanilde. **Mineração de carvão, meio ambiente e desenvolvimento sustentável no sul de Santa Catarina**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 51-70.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 204p.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti. Habitação e meio ambiente urbano. I ENANPARQ. Simpósio Temático Arquitetura, Urbanidade e Meio Ambiente. [online]. 2010.

MELAZO, Guilherme Coelho. Percepção Ambiental e Educação Ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Olhares & Trilhas**, Uberlândia, ano VI, n. 6, p. 45-51, 2005.

MENDONÇA, Francisco. **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: UFPR, 2004. 328p.

MENEZES, Carlyle Torres Bezerra de; WATERKEMPER, Kátia. Evolução dos processos de degradação ambiental resultante da mineração de carvão em Santa Catarina de 1930-1973. In: MILIOLI, Geraldo; SANTOS, Robson dos; CITADINI-ZANETTE, Vanilde. **Mineração de carvão, meio ambiente e desenvolvimento sustentável no sul de Santa Catarina**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 205-213.

MILIOLI, Geraldo. **Mineração de carvão e desenvolvimento sustentado no sul de Santa Catarina**: estudo exploratório de percepção, valores e atitudes do meio ambiente num bairro do município de Criciúma. Criciúma: Luana, 1995. 103p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80p.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. Análise econômica do empobrecimento socioambiental da região carbonífera do estado de Santa Catarina. In: MILIOLI, Geraldo; SANTOS, Robson dos; CITADINI-ZANETTE, Vanilde. **Mineração de carvão, meio**

ambiente e desenvolvimento sustentável no sul de Santa Catarina. Curitiba: Juruá, 2009, p. 227-237.

MORAIS, Laíson Sousa; SILVA, Paulo César Moura da; MEDEIROS, Wendson Dantas de Araújo. Análise do processo de verticalização na área urbana do município de Mossoró – RN: aspectos jurídicos e ambientais. **Revista Verde**, v. 2, n. 2, p. 171-182, 2007.

MORENO, Júlio. **O futuro das cidades.** São Paulo: Editora SENAC, 2002. 146p.

NAIME, Roberto; GARCIA, Ana Cristina Almeida. **Percepção ambiental e diretrizes para compreender a questão do meio ambiente.** Novo Hamburgo: Feevale, 2004. 136p.

NASCIMENTO, Dorval do. Agricultura e mineração na formação do espaço urbano de Criciúma. In: GOULARTI FILHO, Alcides. (Org.) **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2004, p. 383-392.

_____. **As curvas do trem:** A presença da Estrada de Ferro no Sul de Santa Catarina. Criciúma: UNESC, 2007.

NAZÁRIO, Tatiane Gomes. **O homem e seu entorno sociofísico:** um estudo sobre o processo de morar e habitar de moradores de edifícios residenciais na cidade de Criciúma-SC. 2009. 260f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2009.

_____. Planejamento e Gestão Urbana: Qual o lugar da psicologia ambiental? In: GONÇALVES, Teresinha Maria; SANTOS, Robson dos. **Cidade e meio ambiente:** estudos interdisciplinares. Criciúma: UNESC, 2010, p. 123-158.

NUNES, Nilo. Gestão Ambiental Urbana: planejar antes de verticalizar. Considerações para o debate sobre a verticalização das cidades. **CEUNSP**, São Paulo, ano 2, n. 3, p. 58-62, 2011.

OLIVEIRA, Izes Regina de; MILIOLI, Geraldo. Fomentando a sustentabilidade do ecossistema urbano. In: LADWIG, Nilzo Ivo; SCHWALM, Hugo. **Espaço urbano sustentável:** planejamento, gestão

territorial, tecnologia e inovação. Florianópolis: Insular, 2012, p. 149-173.

_____. **Sustentabilidade urbana & ecossistema**: Relações entre a sociedade, o desenvolvimento e o meio ambiente nos municípios. Curitiba: Juruá, 2014. 201p.

OLIVEIRA, Victor Hipólito de. et al. Verticalização consciente: edificar integrando ao meio urbano. **REINPEC – Revista Interdisciplinar Pensamento Científico** [online], v. 1, n. 1, p. 13-29, 2015. ISSN: 2446-6778.

PAULA, Eder Mileno Silva de; SILVA, Edson Vicente; GORAYED, Adryane. Percepção ambiental e dinâmica geoecológica: premissas para o planejamento e gestão ambiental. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, p. 511-518, 2014.

PINHEIRO, José Q. Psicologia ambiental: a busca de um ambiente melhor. **Estudos de psicologia**, p. 377-398, 1997.

PREIS, Eduardo. As relações de poder no território e os planos diretores de Criciúma – SC. In: LADWIG, Nilzo Ivo; SCHWALM, Hugo. **Gestão socioambiental das cidades no século XXI**: teorias, conflitos e desafios. Florianópolis: Insular, 2013, p. 79-103.

RAMIRES, Julio Cesar de Lima. O processo de verticalização das cidades brasileiras. **Boletim de Geografia** [online], v. 16, n. 1, p. 97-106, 1998. ISSN 2176-4786.

REIS, Almir Francisco. (Org.) Arquitetura, urbanidade e meio ambiente. Florianópolis: UFSC, 2011. 198p.

RIBAS, Angela; SCHMID, Aloisio; RONCONI, Eleusis. Topofilia, conforto ambiental e o ruído urbano como risco ambiental: a percepção de moradores dos setores especiais estruturais da cidade de Curitiba. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 21, p. 183-199, 2010.

RIBEIRO, Edson Leite. **Cidades (in)sustentáveis**: reflexões e busca de modelos urbanos de menor entropia. João Pessoa: Universitária, 2006. 162 p.

ROGERS, Richard. **Cidades para um pequeno planeta**. Editorial Gustavo Gili, 1997. 180p.

ROSA, Lucas Cechinel da. **O Processo de verticalização e evolução demográfica de um setor censitário do centro de Criciúma/SC**. 2011. 74p. Trabalho (Conclusão de Curso) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2011.

SANTIAGO, Jorge P. Olhares antropológicos sobre espaços, bairros e habitats “sensíveis”. In: DUARTE, Cristiane Rose; VILLANOVA, Roselyne de. **Novos olhares sobre o lugar**: ferramentas e métodos, da arquitetura à antropologia. Rio de Janeiro: Contra Capa/ FAPERJ, 2003. 227p.

SANTOS, Cléane Oliveira dos; PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira. Percepção da qualidade socioambiental da área urbana de Itabaiana/SE. **Mercator**, vol. 9, n.18, p. 93-104, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994. 145p.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997, 60p.

SAULE JÚNIOR, Nelson. **Novas perspectivas do direito urbanístico brasileiro**. Ordenamento constitucional da política urbana. Aplicação e eficácia do plano diretor. Porto Alegre. Sergio Antonio Fabris Editor, 1997. 336p.

SCUSSEL, Maria Conceição Barletta; SATTLER, Miguel Aloysio. Cidades em (trans)formação: impacto da verticalização e densificação na qualidade do espaço residencial. **Ambient. constr.** [online]. vol.10, n. 3, p. 137-150, 2010. ISSN 1678-8621.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409p.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**. Rio de Janeiro: Record, 1994. 362p.

SILVA, Adjhones de Souza; ASSIS NETO, Antonio de; OLIVEIRA, Livânia Norberta de. O estudo do processo de verticalização da zona leste de Teresina – PI. **Revista Equador (UFPI)**, vol. 2, n. 2, p. 173-188, 2013.

SILVA, Jani Alves da. Reflexões sobre a história do capitalismo. **Revista Filosofia Capital**. [online]. Vol. 2, Edição 5, Ano 2007. ISSN 1982 6613.

SINGER, Paul. **A economia política da urbanização**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. 151p.

SOUZA, Gláucia Cardoso de; MILIOLI, Geraldo. Limites e desafios para a sustentabilidade urbana: uma análise das condições de Criciúma, SC. In: LADWIG, Nilzo Ivo; SCHWALM, Hugo. Espaço urbano sustentável: planejamento, gestão territorial, tecnologia e inovação. Florianópolis: Insular, 2012, p. 175-203.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução ao planejamento e à gestão urbanos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 556p.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1994. 257p.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **A vida das cidades**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2004. 90p.

TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira; RABINOVICH, Elaine Pedreira. Perspectivas da psicologia ambiental. **Estudos de psicologia**, p. 339-340, 2003.

TORRES, Denise de Freitas; OLIVEIRA, Eduardo Silva de. Percepção Ambiental: Instrumento para a educação ambiental em unidades de conservação. **Eletrônica Mestr. Educ. Ambien.**, v. 21, 2008. ISSN 1517-1256.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983. 250p.

UEDA, Guilherme Shoiti; CASTRO, Carolina Maria Pozzi de. As dimensões simbólica e social na primeira etapa da verticalização em cidades brasileiras. In: Encontros Nacionais da ANPUR [online]. **Anais...** 2013, v.15, p. 1-17.

VALADARES, Jorge de Campos. Qualidade do espaço e habitação humana. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 83-98, 2000.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. **Mobilidade urbana e cidadania**. Rio de Janeiro: SENAC NACIONAL, 2012. 213p.

VEIGA, José Eli da. **Meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Editora SENAC, 2006. 182p.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico**: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: E.P.U., 2001. 288 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

Verticalização urbana: Um estudo sobre a percepção ambiental na cidade de Criciúma, SC.

1. Identificação:

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Profissão/Ocupação:

Naturalidade:

2. Apropriação do bairro e da casa:

2.1 Há quanto tempo mora no bairro e na casa?

2.2 Você gosta de morar no bairro?

() Sim

() Não

Porque:

2.3 O que você **mais** gosta no bairro onde você mora?

() Tranquilidade

() Muito verde

() Segurança

() Proximidade com serviços públicos

() Outro. Qual? _____

() Não sei.

2.4 O que você **menos** gosta no bairro onde você mora?

() Insegurança

() Falta de áreas de lazer

- () Movimento e barulho do trânsito
 () Falta de áreas verdes
 () Outro. Qual? _____
 () Não sei.

2.5 Como você considera a sua vida no bairro?

- () Ótimo
 () Boa
 () Regular
 () Péssima
 () Outra opção. Qual? _____
 () Não sei.

2.3 Você se identifica com a sua casa?

- () Sim () Não

Porque:

3 Modos de vida na moradia vertical

3.1 Você poderia me descrever como é morar em apartamento?

3.2 Quais as vantagens e quais as desvantagens?

Vantagens:

Desvantagens:

3.3 Você poderia me descrever a sua vida social no bairro?

3.4 Como é a sua relação com seus vizinhos?

3.5 Você se sente mais seguro morando em apartamento?

() Sim () Não

Porque:

3.6 Com relação aos momentos de lazer, você frequenta os proporcionados pelo seu apartamento, ou costuma frequentar outros lugares?

3.7 Você tem o hábito de caminhar pelas calçadas do seu bairro?

4 Percepção ambiental do entorno do edifício:

4.1 Considera que morar no bairro proporciona maior facilidade de acesso aos serviços urbanos?

() Sim () Não

4.2 Já observou do seu apartamento alguma situação que merecesse a sua intervenção?

() Sim () Não Poderia citar?

4.3 Como você considera os parques ou praças existentes no seu bairro?

4.4 Como você descreveria a arborização do seu bairro?

4.5 Como vê observa o espaço construído do seu bairro?

4.6 Você acha que os imóveis do seu bairro são valorizados?

() Sim () Não

4.7 Quais as mudanças ambientais que você percebe no seu bairro?

() Aumento do tráfego de veículos

() Aumento do fluxo de pessoas

() Desmatamento

() Sobrecarga na infraestrutura urbana

() Outra opção. Qual? _____

() Não sei.

4.8 Você percebe que a iluminação e a ventilação são comprometidas pelo aumento dos edifícios no seu bairro, inclusive no seu prédio?

4.9 Como você vê o entorno do seu apartamento?

5.0 O que você identificaria como melhorias/necessidades para o bairro:

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TCLE - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (a) Sr (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada: **Verticalização urbana: Um estudo sobre a percepção ambiental na cidade de Criciúma, SC.**

A pesquisa tem como objetivo avaliar a percepção ambiental dos moradores de um bairro verticalizado na cidade de Criciúma, SC. A pesquisa, por meio de entrevistas, pretende: identificar a apropriação do bairro e da casa dos moradores entrevistados; identificar os modos de vida em habitação vertical considerando a relação de vizinhança e os momentos de lazer; identificar a percepção das pessoas em relação ao entorno sócio físico e às alterações físicas e ambientais observadas; e ainda identificar a percepção de melhorias e necessidades para o bairro.

Mesmo aceitando participar do estudo, poderá desistir a qualquer momento, bastando para isso informar sua decisão aos responsáveis. Fica esclarecido ainda que, por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, o (a) senhor (a) não terá direito a nenhuma remuneração. Declaramos que todos os riscos e eventuais prejuízos foram devidamente esclarecidos. Os dados referentes à sua pessoa serão sigilosos e privados, preceitos estes assegurados pela **Resolução nº 466/2012 do CNS - Conselho Nacional de Saúde**, podendo o (a) senhor (a) solicitar informações durante todas as fases da pesquisa, inclusive após a publicação dos dados obtidos a partir desta.

A pesquisa será realizada com moradores do bairro Comerciário, na cidade de Criciúma, por este se caracterizar pelo predomínio da verticalização, dentro do município.

A pesquisa não oferece riscos e os benefícios também não se aplicam.

A coleta de dados será realizada pela bolsista **Alice Maccari** (fone: 9993-8703), mestranda do Programa de Pós-graduação – Mestrado em Ciências Ambientais da UNESC e pesquisadora do Laboratório de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Psicologia Ambiental da UNESC e orientada pelo professora responsável Dr.(a) Teresinha Maria Gonçalves (fone: 3431-2588) O telefone do **Comitê de Ética é (48) 3431.2723.**

Criciúma (SC) ____ de _____ de 2014.

Participante:
CPF:

Teresinha Maria Gonçalves
Pesquisador Responsável:
CPF: 094.612.999-15

APÊNDICE C – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA



*Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC
Comitê de Ética em Pesquisa - CEP*

Resolução

Comitê de Ética em Pesquisa, reconhecido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) / Ministério da Saúde analisou o projeto abaixo.

Parecer nº: 1.157.218/2015

CAAE: 47169515.1.0000.0119

Orientadora: Teresinha Maria Gonçalves

Acadêmica: Alice Maccari

Título: "VERTICALIZAÇÃO URBANA: UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA CIDADE DE CRICIÚMA, SC."

*Este projeto foi **Aprovado** em seus aspectos éticos e metodológicos, de acordo com as Diretrizes e Normas Internacionais e Nacionais. Toda e qualquer alteração do Projeto deverá ser comunicado ao CEP. Os membros do CEP não participaram do processo de avaliação dos projetos onde constam como pesquisadores.*

Criciúma, 23 de julho de 2015.

Renan Antônio Ceretta
Coordenador do CEP